



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CÂMPUS PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

NATÁLIA SILVA FONSECA MOTA

**AUTORIDADE E LIBERDADE: A BUSCA PELO EQUILÍBRIO NO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**Palmas - TO
2024**

NATÁLIA SILVA FONSECA MOTA

**AUTORIDADE E LIBERDADE: A BUSCA PELO EQUILÍBRIO NO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Weimar Silva Castilho

**Palmas - TO
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

M917a Mota, Natália Silva Fonseca
AUTORIDADE E LIBERDADE : A BUSCA PELO EQUILÍBRIO
NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA / Natália Silva Fonseca Mota. – Palmas, TO, 2025.
112 p.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2025.

Orientador: PhD Weimar Silva Castilho

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Educação Integral. 3.
Regulamento da Organização Didático-Pedagógica. I. Castilho,
Weimar Silva. II. Título.

CDD 370

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO
TOCANTINS – IFTO CAMPUS PALMAS**
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro
de 2008



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICT SENSU*
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

NATÁLIA SILVA FONSECA MOTA

**AUTORIDADE E LIBERDADE: A BUSCA PELO EQUILÍBRIO NO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 29 de Janeiro de 2025

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Weimar Silva Castilho

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)
Orientador

Prof. Dra. Mary Lucia Gomes Silveira de Senna

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)
Membro interno

Prof. Dr. Arquimedes Belo Paiva

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)
Membro externo

À minha filha e ao meu esposo.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me capacitado e dado força suficiente para vencer mais um desafio.

Ao meu querido orientador, professor Doutor Weimar Silva Castilho, por ter acreditado em meu potencial, pelas palavras de incentivo e de esperança e por ter compartilhado experiências de vida que me trouxe inspiração.

Ao meu esposo, Diego, meu sogro e minha sogra pelo incentivo, apoio e compreensão nos momentos de cansaço excessivo, estresse, preocupação e desânimo ao longo do mestrado.

À minha filha por seu amor e compreensão nos momentos em que estive ausente.

À todos os professores que nos encontros quinzenais compartilharam seus saberes através das discussões e seminários, momentos que contribuíram muito para a minha formação humana integral.

Aos colegas de mestrado que compartilharam privilégios e ao mesmo tempo angústias presentes durante a formação.

Aos companheiros de trabalho do IFTO e mestrandos egressos pela colaboração e amizade.

À banca avaliadora pelas contribuições que proporcionaram o amadurecimento deste trabalho.

Ao IFTO por ter me proporcionado a oportunidade de cursar este mestrado que mudou minha vida.

“Assim como inexiste disciplina no autoritarismo ou na licenciosidade, desaparece em ambos, a rigor, autoridade ou liberdade. Somente nas práticas em que autoridade e liberdade se afirmam e se preservam enquanto elas mesmas, portanto no respeito mútuo, é que se pode falar de práticas disciplinadas [...]” (Freire, 2002, p. 46).

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Teve por finalidade contribuir na superação de dificuldades relacionadas ao acesso e respeito à norma disciplinar do IFTO - *Campus Araguaína*, possibilitando uma formação humana e omnilateral. Objetivou elaborar uma Organização Didático-Pedagógica ilustrada que abordasse especificamente os direitos e deveres dos discentes, através da criação de desenhos por estudantes da 2ª série do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, a fim de tornar público direitos e deveres aplicáveis aos estudantes em uma linguagem mais atrativa e facilitar o processo de conscientização. O estudo é de natureza quanti-qualitativa, do tipo exploratória, resultante de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, em que foram aplicados questionários semi - estruturados. Os resultados foram analisados com o auxílio de gráficos, quadros e criação de códigos e categorias a partir dos relatos dos participantes, empregando-se a análise de conteúdo de Bardin (1979). Concluiu-se a partir dos relatos dos participantes, que a ODP Ilustrada tem o potencial de auxiliar com o acesso e entendimento dos direitos e deveres pelos estudantes, visto ter uma linguagem mais acessível e fácil entendimento, por ser um *E-book*, poder ser propagado com maior eficiência, ser um material criado a partir na visão dos estudantes e assim ter uma maior identidade estudantil possibilitando sua explicação de um estudante para o outro e por ter proporcionado diversão no momento de sua criação.

Palavras-chaves: Direitos e deveres. Formação humana integral. Educação Profissional, Técnica e Tecnológica.

ABSTRACT

This work is the result of a Master's research project within the Professional Master's Program in Vocational and Technological Education (ProfEPT). Its aim was to help overcome challenges related to access to and compliance with the disciplinary norms of IFTO - Araguaína Campus, facilitating a comprehensive and holistic human development. The objective was to create an illustrated Didactic-Pedagogical Framework that specifically addresses students' rights and responsibilities, through drawings created by second-year students in the Integrated Technical Course in Computer Science at the High School level. This approach was designed to present students' rights and responsibilities in a more engaging and accessible way, thus making the process of raising awareness easier. The study is both quantitative and qualitative in nature, exploratory in design, and based on bibliographic, documentary, and field research, with the application of semi-structured questionnaires. The results were analyzed through graphs, charts, and the development of codes and categories derived from participants' responses, employing Bardin's (1979) content analysis method. The findings concluded that the Illustrated Didactic-Pedagogical Framework has the potential to support students' understanding of their rights and duties. Its accessible language and the fact that it is an *E-book* make it more easily distributed. Additionally, being created from the students' own perspective gives it a stronger sense of student identity, enabling it to be explained among peers and making the creation process enjoyable.

Keywords: Rights and Responsibilities. Comprehensive Human Development. Vocational, Technical, and Technological Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONSUP	Conselho Superior
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
PE	Produto Educacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MS	Ministério da Saúde
ODP	Organização Didático-Pedagógica
PECIM	Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROFEPT	Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Educação Profissional, Técnica e Tecnológica
TALE	Termo de Assentimento Livre Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Codificação e categorização dos deveres	52
Quadro 2 - Normas não respeitadas	57
Quadro 3 - Categorias e códigos	58
Quadro 4 - Categorias e códigos	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Conhecimento acerca dos direitos e deveres pelos participantes	50
Gráfico 2 - Exemplos de direitos citados pelos participantes	51
Gráfico 3 - Análise das respostas 3, 4 e 5 do questionário I	53
Gráfico 4 - Elementos para uma boa convivência escolar	59
Gráfico 5 - Opinião dos participantes	61

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - DESAFIOS ENFRENTADOS PELA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TÉCNICA E TECNOLÓGICA	21
1.1 Dualismo histórico	21
1.2 Educação integral e o mundo do trabalho	24
1.3 Formação cidadã e emancipadora	28
CAPÍTULO 2 - IMPASSES PARA A EFETIVAÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NAS ESCOLAS CONTEMPORÂNEAS	31
2.1 Programa de expansão das escolas cívico-militares	31
2.2 Autoritarismo e a heteronomia	33
CAPÍTULO 3 - A IMPRESCINDIBILIDADE DAS REGRAS	38
3.1 O estado de natureza dos homens e o pacto social	38
3.2 Diálogo sobre os direitos e deveres e o desenvolvimento da moral autônoma	40
3.3 Regras e valores no contexto da educação profissional e tecnológica	42
CAPÍTULO 4 - PERCURSO METODOLÓGICO	43
4.1 Participantes e local da pesquisa	43
4.2 Quanto aos objetivos	44
4.3 Quanto à natureza	44
4.4 Quanto ao objeto de estudo	45
4.5 Coleta de dados	46
4.6 Quanto à análise da coleta de dados	47
4.7 Aspectos éticos	47
4.7.1 Riscos e benefícios da pesquisa	48
4.7.2 Responsabilidade da pesquisadora, da instituição, Promotor e Patrocinador	48
4.8 Produto educacional	49
CAPÍTULO 5 - ANÁLISES DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	50
5.1 Questionário I - conhecimentos prévios dos estudantes quanto a seus direitos e deveres	50
5.2 Questionário II - satisfação dos participantes	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE A - Produto Educacional	75
APÊNDICE B - Questionário I (prévio)	108
APÊNDICE C - Questionário II (opinião)	111

APRESENTAÇÃO

Meu nome é Natália Silva Fonseca Mota, sou tocaninense, natural da cidade de Araguaína, nascida no dia 23 de dezembro de 1993, filha de Wellington Fonseca Nogueira e Lays Deborah Carneiro e Silva. Meu pai teve a oportunidade de concluir o ensino médio e possui ensino superior incompleto, é representante comercial e empresário do ramo de hotelaria, diferentemente, minha mãe não concluiu os estudos, possuindo apenas o ensino fundamental incompleto, ingressou no mercado de trabalho informal desde muito cedo, aos dez anos já trabalhava como manicure.

Minha trajetória acadêmica ocorreu em sua integralidade no Tocantins. Em 1999 iniciei meu ensino fundamental em uma escola da rede particular: Escola Futuro Feliz de Araguaína, permanecendo nela até o ano de 2001, após concluir o 3º ano do ensino fundamental. Em 2002, no quarto ano do ensino fundamental fui transferida para uma escola da rede pública estadual, Escola Conveniada Luiz Augusto, onde permaneci até o ano de 2006 quando concluí o oitavo ano do ensino fundamental.

Em 2007, iniciei meus estudos em uma escola de rede particular de ensino: Educandário Objetivo de Araguaína, onde dei início ao nono ano do ensino fundamental e continuei nessa mesma escola até o ano de 2010, ano de conclusão do ensino médio. Em 2011, fui aprovado no vestibular para o curso de Direito, momento em que iniciei minha graduação, tendo por conclusão o ano de 2015. Em 2017 iniciei o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Ciência Política, pela Universidade SulAmérica, concluindo no ano de 2018. No ano de 2023, tive a honra de ingressar no Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (ProfEPT).

Em 2012, antes mesmo da conclusão do meu curso superior, tive a honra de ser aprovada no concurso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, lugar em que pude adquirir minha primeira experiência profissional e consequente crescimento pessoal. Sou muito grata ao IFTO por todas as oportunidades que me proporcionou até aqui, diversas experiências que levo em meu coração, dentre as quais posso citar a oportunidade de realizar um sonho que parecia tão distante de cursar uma Pós-graduação *Stricto Sensu*.

Ao longo dos meus onze anos de efetivo exercício no IFTO, participei ativamente de várias comissões, incluindo aquelas relacionadas à elaboração de documentos, organização de eventos, como trote solidário, jornada pedagógica, acolhimento dos estudantes ingressantes, dentre outros. Ademais, atuei por alguns anos na Comissão do Processo Seletivo e Comissão Multidisciplinar de Análise de Documentos e Reserva de Vagas.

No dia a dia como assistente de alunos, trabalho em parceria com Pedagogos, Psicóloga, Assistente Social e Técnico em Assuntos Educacionais, com a finalidade de assistir os estudantes em diversos aspectos. Diante da recorrência de determinadas práticas no ambiente escolar, como namoros acalourados, não conservação da limpeza dos ambientes, uso de palavrões e a não observância do silêncio nas proximidades das salas de aulas e biblioteca, pude observar a necessidade de um trabalho institucional para uma maior conscientização dos estudantes sobre respeito ao próximo e observância das regras estabelecidas pela instituição para uma convivência saudável.

No dia a dia na Instituição, me deparo diariamente com situações de desrespeito dos deveres por parte dos estudantes. Corriqueiramente são encontradas embalagens de alimentos e cascas de frutas jogadas no chão ou em cima de mesas e cadeiras do espaço escolar. São também encontrados estudantes que se expressam com palavrões e falam em voz alta nas proximidades das salas de aulas, laboratórios e biblioteca, o que prejudica a atenção dos demais estudantes em suas atividades acadêmicas.

Por outro lado, observo que os estudantes tem pouca consciência de seus direitos e acabam sendo prejudicados em seu desempenho acadêmico, permanência e êxito na instituição. Essas situações são demonstradas quando não há uma participação efetivas dos estudantes nas práticas pedagógicas, não há a possibilidade de se contestar critérios avaliativos e, quando não são entregues provas e atividades corrigidas aos estudantes, impossibilitando-os de se atentar aos pontos em que estão com maior dificuldades.

Quando fui instigada em identificar um problema de pesquisa, pensei na construção de uma proposta que contribuísse para um ambiente escolar harmônico, impactando assim, na qualidade do trabalho desenvolvido por mim e demais

servidores do IFTO. Assim, esta dissertação, intitulada "Autoridade e Liberdade: "A busca pelo equilíbrio no Ensino Médio Integrado da Educação Profissional e Tecnológica", reflete meu compromisso com a melhoria do processo educacional a fim de contribuir com a formação humana integral dos estudantes do ensino médio integrado no âmbito do IFTO *Campus Araguaína* e demais campi, por meio do produto educacional intitulado ODP Ilustrada.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garantem “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988; 1996). No entanto, para que através da educação sejam formados verdadeiros cidadãos, é preciso trabalhar nas escolas diversas temáticas sociais por meio de um movimento dialético entre os conhecimentos teóricos adquiridos e a realidade concreta.

Trazer para as escolas o debate sobre temas de relevância social, dentre eles, os direitos e deveres aplicáveis aos indivíduos, seja no ambiente escolar seja no contexto social, é fazer cumprir com as finalidades educacionais supracitadas. A escola é o ambiente propício para formar cidadãos críticos, responsáveis e que saibam conviver com o próximo. Porém, diante de muitos avanços e retrocessos nas políticas de educação nacional, fica claro uma desvirtuação dos interesses da educação a fim de privilegiar um sistema de poder hegemônico.

Muitas escolas, seja de tempo integral ou regular, colocam o foco na melhoria dos índices da educação nacional, no número de aprovados em exames nacionais e no nível de qualificação dos profissionais que colocam no mercado de trabalho. Colocam em um segundo plano uma formação humana integral dos indivíduos, o que ocasiona a formação de pessoas individualistas, egoístas, apáticas, sem habilidades socioemocionais e sem nenhum senso de responsabilidade social.

É preciso colocar a centralidade da proposta educacional do ensino médio sobre os sujeitos, cujo a vida se constrói pelas múltiplas interações sociais, na perspectiva da emancipação humana. Nesse sentido, Gramsci (1991, p.123) defende a escola unitária¹, que tem o papel de “inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa”.

Ao reconhecer a importância da formação humana integral com o desenvolvimento da autonomia e da moral de seus estudantes, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, regulamenta a postura disciplinar através do Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO.

¹ Reúne a cultura humanística e formativa do indivíduo, em oposição às escolas tradicionais que valorizam o ensino puramente dogmático e repetitivo.

Esta aborda uma série de tópicos e diretrizes que moldam a forma como a instituição implementa suas atividades educacionais, tornando-se essencial para o alcance da eficácia do processo educativo e consequentemente para a qualidade do ensino ofertado.

Partindo da contextualização da temática em foco, este estudo materializou uma proposta pedagógica centrada na elaboração de um produto educacional, para que possa ser utilizado para facilitar na conscientização sobre os direitos e deveres dos estudantes, denominado ODP Ilustrada. Apesar do nome, o produto educacional não contemplou todos os tópicos previstos na ODP original.

A ODP é composta por dez títulos. Diante da sua extensão, com intuito de delimitar o estudo realizado, foi analisado somente o Título VII, mormente o Capítulo II, que dispõe sobre os direitos e deveres dos estudantes, composto pelos artigos 237, 238, 239 e 240. A escolha deste capítulo foi feita com base na relevância do tema dentro do contexto estudantil e social dos estudantes, o qual tem respaldo na legislação vigente do Brasil, como também em Tratados e Convenções Internacionais².

A ODP Ilustrada tem por objetivo auxiliar com a disciplina na escola, no sentido de facilitar o acesso e o entendimento dos direitos e deveres aplicáveis aos estudantes em uma linguagem mais atrativa, contribuindo, assim, com o processo de conscientização na instituição escolar. A discussão e propagação das informações trazidas na ODP contribui para a sensibilização sobre regras e valores fundamentais no contexto da educação profissional e tecnológica e da formação humana como um todo.

Diante do exposto, levantou-se o seguinte questionamento de pesquisa: Como uma ODP Ilustrada elaborada pelos próprios estudantes, pode contribuir para superar dificuldades relacionadas ao acesso e respeito à norma disciplinar do IFTO - *Campus Araguaína*, possibilitando uma formação humana e omnilateral? O problema desta pesquisa surge tendo em vista que, a escola, apesar de uma estrutura curricular repleta de disciplinas que objetivam à formação humana, deixa uma lacuna quando não inclui no seu corpo a discussão de direitos e deveres que se fazem essenciais (Neto; Alexandre, 2021).

Para responder ao questionamento norteador desta pesquisa, traçou-se o seguinte objetivo geral: Elaborar uma ODP Ilustrada que aborda especificamente

² Declaração Universal dos Direitos Humanos. Declaração Mundial sobre Educação para todos.

os direitos e deveres dos discentes, através da criação de ilustrações pelos próprios estudantes, no sentido de contribuir como acesso e respeito das normas internas, bem como, a formação humana integral dos estudantes do ensino médio integrado do IFTO - *Campus Araguaína*.

Para contemplar o objetivo geral delimitamos os seguintes objetivos específicos: I - Expor os fundamentos históricos e filosóficos sobre o surgimento do Estado e o estabelecimento de normas; II - Proporcionar um momento de leitura e atividades sobre o Título VII, Capítulo II da ODP; III - Realizar uma exposição com desenhos feitos pelos estudantes para a conscientização de toda a comunidade interna; IV - Elaborar a ODP Ilustrada, a fim de tornar público direitos e deveres aplicáveis aos estudantes em uma linguagem mais atrativa e contribuir com a formação humana integral aos estudantes do ensino médio integrado do IFTO - *Campus Araguaína*.

Esta pesquisa justificou-se pela necessidade de discutir com os estudantes o excerto da ODP que trata sobre os direitos e deveres dos discentes. Além de proporcionar conhecimento, consciência e responsabilidade, busca alcançar a redução dos casos de desrespeito, preconceito e desordem que atrapalham o bom andamento do ensino e formação humana integral dos estudantes. Ressalta-se que para desenvolver o senso de autodisciplina nos estudantes é preciso superar os obstáculos que muitas vezes são encontrados nos documentos legais e regulamentos das instituições de ensino, como o excesso de formalismo e pouca atratividade, criando um óbice no acesso pelos estudantes do ensino médio.

Pieczarka e Valdivieso (2023) em consonância com pensamento supramencionado, afirmam ser necessário romper com práticas excludentes ou qualquer prática que possa provocar barreiras no ambiente escolar. Assim, é salutar construir propostas, projetos pedagógicos e documentos acessíveis a todos os estudantes independentemente de suas diferenças que possa garantir um processo de ensino-aprendizagem e acesso à informação de forma equânime.

A partir de um ideal de educação, luta histórica para sua efetivação e ruptura radical com as disputas que tem por fim de tirar o foco da formação integral dos indivíduos, a presente pesquisa surge com a necessidade de demonstrar a importância de trazer para as escolas o debate sobre temas de relevâncias sociais, em especial, direitos e deveres dos estudantes. Não discutir a realidade concreta, que nela inclui os problemas sociais, ocasiona ainda durante a infância e juventude

problemas de relacionamentos interpessoais como, desrespeito, intolerância às diferenças, *bullying* e, como consequência mais extremas, a violência e a barbárie nas escolas.

O despreparo e falta de conhecimento dos estudantes sobre seus direitos e deveres favorecem, por um lado, o aumento dos índices de infrações disciplinares, como, por exemplo, não contribuir com a manutenção da limpeza da Instituição e a não observância do dever de silêncio nas proximidades de salas de aulas, laboratórios e bibliotecas. Por outro lado, a falta de conhecimento por parte dos estudantes ocasiona violação de direitos, como por exemplo, a não entrega, por parte dos docentes, das atividades corrigidas dentro do prazo de dez dias após sua realização ou a falta de diálogo, inviabilizando a contestação dos critérios avaliativos.

É evidente que, quando as escolas disseminam conhecimento e promovem debates sobre os direitos e deveres, regras necessárias ao bom convívio escolar e social, cumprem com as finalidades da educação de contribuir com o pleno desenvolvimento do estudante. Entretanto, esses debates devem buscar um desenvolvimento moral dos estudantes, conscientizando-os a cumprir regras não pelo medo de punição, mas por desenvolver um sentimento de responsabilização social e autonomia, ou seja, autorregulação de suas condutas, sem depender de motivação externas.

Este trabalho torna-se importante ao apresentar, ao final, um produto educacional que facilitará a exposição da temática aos estudantes do ensino médio integrado do IFTO - *Campus Araguaína*, contribuindo significativamente para a prática institucional, vida dos estudantes e comunidade escolar, impactando tanto no âmbito prático quanto acadêmico. Além do mais, contribuirá para aqueles interessados em aprofundar e estudar o tema discutido.

Esta pesquisa está disposta em 5 capítulos. Após a introdução, o primeiro capítulo apresenta a discussão teórica fundamentada nos aspectos históricos e conceituais da Educação Profissional e Tecnológica - EPT, a partir dos pressupostos de autores como Moura³ (2007, 2015), Frigotto⁴ (2007), Ciavatta⁵

³ Dante Henrique Moura é doutor em Educação pela Universidade Complutense de Madrid (2003) e professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte desde 1986.

⁴Gaudêncio Frigotto é doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983) e Professor Emérito (aposentado) em 2023 da Universidade Federal Fluminense.

⁵ Maria Ciavatta é doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1990) e professora titular da Universidade Federal Fluminense.

(2016), Ramos⁶ (2007), Saviani⁷ (2015), Barcelos, Moll⁸ (2023) e outros que discutem a temática da educação profissional e tecnológica. Ainda neste capítulo há a discussão sobre a importância da introdução de temas de relevância social nas escolas, ancorada em autores como Mendonça e Cardoso (2009), Nunes (2018), Neto e Alexandre (2021), Simões, Neto, Calzavara (2023), Freire (2002) dentre outros.

No segundo capítulo são expostas críticas em face do autoritarismo, licenciosidade e altos níveis de heteronomia nas escolas, trazendo destaque especial ao processo atual de expansão da militarização na educação pública. No terceiro capítulo, foram trazidos fundamentos histórico-filosóficos para a existência das normas, com fulcro nos autores Santos e Pimentel (2024); Vinha *et al.* (2021); Viaro (2022); Santos (2023); Sobrinho (2023); Braga *et al.* (2024), dentre outros.

No quarto capítulo, é descrito o percurso metodológico utilizado, destacando a abordagem, os procedimentos e objetivos da pesquisa, os participantes, os instrumentos de coleta, análise dos dados e discussão dos resultados, além da descrição do Produto Educacional desenvolvido. A fim de alcançar os objetivos propostos no estudo e responder ao problema da pesquisa, realizou-se uma pesquisa de campo, a partir da aplicação de questionários semiestruturados, com o intuito de coletar os dados significativos, que nortearam as discussões acerca da temática abordada.

No quinto capítulo, é apresentada a descrição dos dados coletados através de gráficos e quadros, bem como são apresentadas as discussões dos resultados a partir da análise dos dados. Por fim, nas considerações finais, são trazidas reflexões sobre a educação profissional e tecnológica e sugestões para pesquisas futuras a fim dar continuidade ao estudo e contemplar os demais tópicos contidos na ODP do IFTO.

⁶ Marise Nogueira Ramos é doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2001) e professora associada da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

⁷ Dermeval Saviani é doutor em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1971) e professor emérito da Universidade Estadual de Campinas.

⁸ Jaqueline Moll é doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998) e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO 1 - DESAFIOS ENFRENTADOS PELA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TÉCNICA E TECNOLÓGICA

1.1 Dualismo histórico

A educação profissional no Brasil, conforme Ramos (2014) teve sua origem sob uma perspectiva assistencialista, tendo por objetivo amparar àqueles que não tinham condições sociais favoráveis. Assim, os primeiros sinais do surgimento da educação profissional deu-se durante o século XIX, a partir de 1809, quando o Príncipe Regente, futuro D. João VI⁹ criou o Colégio das Fábricas¹⁰, destinado às crianças pobres, órfãs e abandonadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação em ofícios.

Até o século XIX existia a educação propedêutica¹¹ apenas para a classe dominante¹², voltada para a formação de novos dirigentes. Segundo Moura (2007), ex-escravos, mendigos, negros, desempregados, órfãos e viciados eram considerados pelos governantes do país como aqueles que precisavam ser profissionalizados para se transformarem em operariado útil.

Presente a necessidade de formar operários para contribuir com o desenvolvimento industrial do país, Kunze (2015) afirma que o governo federal passou a solicitar o apoio dos governos estaduais¹³ para a execução imediata do projeto de educação profissional em cada unidade federativa. Conforme Ramos (2014), no início do século XX surgiram esforços públicos para a organização e expansão da educação profissional no país, mudando o foco estritamente assistencialista para a capacitação de operários para o exercício profissional. Em

⁹ Rei de Portugal durante o período de 1640 a 1656.

¹⁰ Criada a partir da expedição do alvará de 1º de abril de 1808, autorizando a livre abertura de fábricas e manufaturas no Brasil com a finalidade de desenvolver a economia e riqueza do país mudando a realidade então trazida pelo alvará de 5 de janeiro de 1785, que impedia tal liberdade econômica. O objetivo do Colégio das Fábricas era de ensinar e custear a mão de obra de trabalhadores portugueses o que justificava a manutenção e custeio por parte do Estado.

¹¹ Consiste na Educação Básica de ensino geral, generalista, em contraste com a Educação Profissional de ensino técnico e específico.

¹² Burguesia.

¹³ Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, com a organização político-administrativa do país sob o regime Federativo, foi possível uma melhor colaboração por parte dos Estados federados.

1909, o Presidente Nilo Peçanha¹⁴ criou as Escolas de Aprendizes Artífices¹⁵ e instalou dezenove delas, em 1910, nas várias unidades da Federação.

A Constituição de 1934 trouxe mudanças. O ensino médio tornou-se, segundo Ramos (2014), de competência legislativa e administrativa do governo federal, ocasião em que passou a ter conteúdo e seriação própria. Todavia, apesar das mudanças, o caráter propedêutico e elitista dos currículos manteve-se enquanto a formação profissional continuava apenas para o mero adestramento da classe trabalhadora, perpetuando o perfil educacional dualista sem a existência de uma política educacional ainda por décadas.

Apesar dos pequenos avanços na política educacional, Moura (2007) afirma que a implementação de um ensino unitário e politécnico sempre encontrou dificuldades devido às desigualdades socioeconômicas. Os filhos da classe trabalhadora são levados, antes mesmo da maioridade e conclusão dos estudos, a inserirem-se no mercado do trabalho com vista a autossustentação ou complementação do rendimento familiar, ficando impossibilitados de darem prosseguimento aos estudos.

Há ainda, quem, em decorrência de condições sociais desfavoráveis, conforme Mendonça e Cardoso (2009), optam por cursar um programa de formação profissional, focado em adquirir habilidades específicas e práticas para sua futura profissão. Logo, diante dos entraves históricos para a efetivação da educação unitária, Tonet (2006) afirma ser inviável falar em formação integral, sem a priori questionar as raízes da desigualdade social, com uma forte oposição à lógica do capital.

Frigotto (2007) afirma que as diversas reformas da educação ocorreram sob a égide do economicismo, do pragmatismo e da ideologia do capital humano. A Pedagogia do Oprimido¹⁶, ícone de uma educação emancipadora de jovens e

¹⁴ Considerado patrono da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Teve início em sua carreira política ao ser eleito para compor a Assembleia Nacional Constituinte de 1890 para a elaboração da primeira Constituição brasileira promulgada após o fim do Império. Em 1906 foi eleito vice-presidente do Estado do Rio de Janeiro, durante o governo de Afonso Pena.

¹⁵ Criadas pelo decreto n. 7.566 de 1909, surgiram com a necessidade de resolver a desordem provocada pela expansão dos centros urbanos dando uma ocupação útil aos filhos dos pobres e evitando envolvimento com a vida do vício e crime.

¹⁶ Pensamento defendido pelo autor brasileiro Paulo Freire em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, com sua primeira edição publicada no ano de 1968, nos Estados Unidos, tendo em vista sua impossibilidade de publicação no Brasil, em razão de seu exílio durante a ditadura militar, onde foi perseguido e acusado de subversão. Nessa obra o autor coloca a educação como sendo um ato político, que liberta os indivíduos ao desenvolver uma consciência crítica sobre a realidade.

adultos, foi substituída pela pedagogia do mercado, pela profissionalização compulsória no ensino médio e formação técnico-profissional, com a mera finalidade de adestrar para o mercado. A pedagogia do Sistema S¹⁷, por exemplo, foi incorporada como política dos governos militares para o campo da educação.

Frente a incursão do capital em desfavor da educação, Ciavatta (2016) afirma que historicamente, o Ensino Médio e a Educação Profissional e Tecnológica foram configurados para a manutenção dos meios de produção capitalista. A função precípua da educação foi desvirtuada à mera formação para o trabalho, para crescente produtividade da mão de obra, redução dos custos da produção e ganho de mais valia¹⁸, a fim de satisfazer as necessidades empresariais, legitimadas pelo neoliberalismo.

Os projetos educacionais, segundo Bergmann e Sams (2019), foram historicamente desenvolvidos para atender às exigências do capital, onde os estudantes são educados como em linha de montagem, sentam-se em fileiras e ouvem um “especialista” na exposição de um tema. Por meio da educação padronizada, busca-se uma maior eficiência, que é mais tarde constatada nos resultados de exames e vestibulares, como também, no atendimento às demandas do mercado de trabalho, ficando a formação humana integral dos estudantes em um segundo plano.

Diante de tantos empasses, Moura (2007) afirma que a solução para esta realidade vem com a oferta de um ensino médio que garanta o acesso aos conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade, ou seja, acesso à formação profissional de forma integrada. Ao adotar a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho como fundamentos, é possível desenvolver uma educação politécnica¹⁹ exigida pela dura realidade da sociedade brasileira.

Diante do exposto, é possível compreender, conforme Frigotto (2007), quais as forças que disputam os projetos societários e por que a classe burguesa²⁰ brasileira, reproduz a escola dual. Uma educação profissional e tecnológica restrita para formar o “cidadão produtivo” submisso e adestrado às necessidades do

¹⁷ São os serviços sociais autônomos, popularmente chamado de Sistema S, formado pelo conjunto de nove instituições de cunho privado, que compreende Senai, Sesi, Senac, Sesc, Sebrae, Senar, Sest, Senat e Sescop, todas ligadas a grupos de categorias profissionais e sindicatos.

¹⁸ Base de lucro do sistema capitalista.

¹⁹ Modelo de educação que possibilita o desenvolvimento de habilidades em diversas áreas.

²⁰ Compreende os donos dos meios de produção do sistema capitalista, ou seja, a classe dominante, consequentemente, privilegiada.

mercado, combatendo aqueles que lutam por uma escola pública, unitária, universal, gratuita e politécnica. Assim, Saviani (2015) afirma ser necessário desenvolver o interesse de lutar e instaurar outro tipo de sociedade em que as relações entre os seres humanos encaminhem coletivamente ao pleno desenvolvimento das forças produtivas humanas em benefício de toda a humanidade.

Em suma, Ramos (2007) defende ser necessário criar um ensino que mude o foco de seus objetivos no mercado de trabalho para o desenvolvimento integral do indivíduo. O ensino médio sendo a última etapa da educação básica, deve apresentar uma proposta que seja coerente em seus princípios e objetivos, de modo a oferecer uma formação que atenda aos diversos anseios socioeconômicos e culturais dos estudantes.

1.2 Educação Integral e o Mundo do Trabalho

Diante da necessidade de formação integral dos estudantes, é interessante fazer menção ao legado deixado por Gramsci²¹. Idealizador de um modelo de escola que rompe com a dualidade histórica do ensino que impede a classe trabalhadora de ter acesso aos conhecimentos gerais, presentes até então somente na educação propedêutica ofertada pelas escolas elitistas. Estas, objetivavam proporcionar a continuação dos estudos acadêmicos e formação de intelectuais e dirigentes da classe dominante, restando à classe trabalhadora apenas o acesso ao mero adestramento de técnicas específicas e essenciais para o desempenho de seus ofícios.

Gramsci (2001) defendia que o ensino ofertado pelas escolas deveria ser “desinteressado”²². Este modelo de ensino, segundo Martins (2021), consiste em fornecer uma formação geral ao ser humano, ou seja, ensino propedêutico para todos, independentemente de classe social, não segregando a classe trabalhadora apenas à profissionalização precoce. A educação “desinteressada”, segundo Lima e Colares (2023), deve ser discutida sob a ótica marxista, que consiste em lutar por uma sociedade que deixe de estar dividida em classe, onde o trabalho da maioria é

²¹ Filósofo italiano, escritor, teórico político, crítico literário, influenciado por Karl Marx, Lenin, Friedrich Engels, nasceu em 22 de janeiro de 1891, em Ales, na Sardenha, região pobre da Itália.

²² Educação que deixa de estar subsumida em atender aos interesses do capital, não privilegiando uma classe em detrimento de outra.

explorado pela minoria dominante, de modo a alcançar a verdadeira autonomia dos indivíduos.

A educação deve consistir, segundo Appio, Ewald e Silva (2020), em um instrumento de luta em prol de uma sociedade melhor, que rompa com os interesses do capital, na busca de uma formação integral, ampla e completa. Isso implica levar a cabo vários aspectos de um processo formativo por meio de práticas pedagógicas que considerem os elementos constitutivos da história de cada indivíduo como, emoções, ética, sociabilidade, entre outros. Do contrário, Lima e Colares (2023) afirmam que será mantida a alienação da classe trabalhadora, por meio da ideologia dominante que distorce a formação do conhecimento e impede a emancipação humana e política.

Posto a dura realidade da educação, Ciavatta (2016) afirma que frente às investidas histórica do capitalismo, verifica-se a necessidade de resgatar a formação humana, educação omnilateral²³ e o trabalho como princípio educativo. Segundo Moura (2007), ao longo da formação escolar, devem-se utilizar estratégias para que sejam atribuídos sentidos aos estudos e ao trabalho e, conforme Silva, *et al.* (2023), favorecer uma formação de profissionais autônomos, que atuem na perspectiva de transformação social.

Barcelos e Moll (2023) afirmam que, hodiernamente, a educação integral, escola integral, escola de tempo integral²⁴ ou escolas de turno integral são tidas erroneamente por gestores, políticos e educadores como o mesmo sentido político-pedagógico e compreensão homogênea. Ademais, consideram o aumento do tempo da jornada escolar uma característica para o alcance de uma educação de qualidade. No entanto, é preciso pensar em uma proposta que amplie o currículo formal, de modo que as práticas pedagógicas englobam os diferentes saberes, mobilizem diferentes habilidades e respeitem os tempos de cada estudante.

Corroborando com o pensamento supracitado, Lima e Colares (2023) afirmam que apesar da ampliação do tempo, recurso e currículo escolar, a realidade da maioria das escolas que ofertam o ensino integral no Brasil não atendem às suas finalidades, visto não haver uma preocupação com a formação

²³ Relativo ao que é de todos os lados, aspectos e dimensões. Totalidade.

²⁴ Modelo de escola que tem sua jornada intraescolar ampliada, compreendendo uma jornada superior a 35 horas semanais.

humana integral. A permanência por mais tempo em espaço escolar, apesar de oferecer segurança, alimentação, atividades diversificadas, se não tiver um currículo integrado, não há a garantia de educação integral.

Partidários do modelo de educação omnilateral, Araújo e Frigotto (2015, p. 63) afirmam que o ensino integrado “é um projeto que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com o desenvolvimento de ações formativas integradoras [...]”, capazes de promover a autonomia e ampliar os horizontes dos autores do processo de ensino e aprendizagem, principalmente, dos estudantes. Assim, segundo Moura (2015), quando a educação é pensada de forma integral, contribui com a inserção ou reinserção social, profissional e política, bem como com a formação de indivíduos críticos, competentes e éticos, como agentes de mudanças da satisfação das necessidades coletivas.

A educação integral, segundo Lima e Colares (2023), é um direito e também um processo, que tem por fim alcançar os objetivos elencados em documentos de alcance nacional e internacional. Os direitos fundamentais presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, trouxe o germe da educação integral, e posteriormente, amparo na Constituição Federal de 1988.

O processo de ampliação do currículo, segundo Barcelos e Moll (2023), deve ser feito considerando os princípios elencados na Constituição Federal de 1988, que dialogam com a educação integral, dentre eles, a dignidade da pessoa humana. O direito à educação está expresso no artigo 205 da Constituição Federal, que diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Em 1996 foi sancionada a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde em seu artigo 2º estabelece que “a educação é dever do Estado e da família, [...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ademais, em seu artigo 22 é ratificada a garantia do pleno desenvolvimento da pessoa, colocando a formação da pessoa humana como uma das finalidades da educação básica (Brasil, 1996).

Para a educação atingir o fim expresso no ordenamento jurídico brasileiro²⁵, Nunes (2018) afirma que ela deve ser considerada sob uma visão integral. O ensino deve exceder a sala de aula, de modo a ultrapassar o processo contínuo de conhecimento, sendo um caminho de construção da própria pessoa, das relações sociais, grupos e nações. Ramos (2007) acrescenta que para o cumprimento da finalidade da educação, se faz necessário, também, retirar o mercado de trabalho da centralidade da proposta educacional do ensino médio.

E qual o caminho para se alcançar o pleno desenvolvimento do estudante proposto pela LDB? No artigo 1º dessa Lei estabelece que “a educação abrange os processos formativos que ocorrem no convívio familiar e social, no ambiente de trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e culturais” (Brasil, 1996). Assim, observa-se que a formação do indivíduo carece do contato com diversos ambientes, sofrendo influência das múltiplas determinações sociais.

1.3 Formação Cidadã e Emancipadora

A Educação Integral e Cidadã, segundo Antunes e Padilha (2010) não visa somente à transmissão e acúmulo de conteúdo, mas uma formação humana global. Busca formar seres humanos não apenas competentes e autônomos, capazes de desempenhar uma profissão, mas, sobretudo, uma formação que promova o bem-viver, a justiça social e a vida sustentável para todos. Assim, Mendonça e Cardoso (2009) destacam a importância de fornecer acesso a assuntos de relevância social durante o ensino médio, sem depender da entrada na universidade, a fim de formar cidadãos críticos à realidade ao seu redor.

Gramsci (1982) afirma que o ensino médio, última fase da educação básica, deve ser organizado com o intuito de criar valores basilares do “humanismo”, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral, necessários a uma posterior especialização, seja no sentido de continuação dos estudos acadêmicos, seja na inserção imediata no trabalho produtivo. Em outras palavras, o aprendizado na ciência, na vida e no desenvolvimento da responsabilidade nos indivíduos devem ser proporcionados já nesta fase e não apenas na universidade ou no cotidiano da vida prática.

²⁵ Conjunto de leis que regem o país.

Simões, Neto e Calzavara (2023) em contraponto, afirmam que as escolas, apesar de buscar inovações, metodologias de interação entre docente e discente, ainda estão amparadas no ensino tradicional. Há a exigência de bons resultados e desempenho em exames e vestibulares, os quais a sociedade julga como sendo requisitos para um sucesso escolar e profissional. Nota-se, assim, o predomínio do espírito competitivo, em detrimento do pleno desenvolvimento e preparo dos estudantes para o exercício da cidadania.

Reiterando esse pensamento, Mendonça e Cardoso (2009) afirmam que a maioria das escolas de ensino médio tem preparado os estudantes para a continuação dos estudos acadêmicos. A aprovação em exames e vestibulares é tida como objetivo imediato e a formação de cidadãos plenos e seres sociais é negligenciada. Como consequência, a verdadeira finalidade da educação é desvirtuada e indivíduos são formados sem capacidade de questionamento, reflexão sobre seus direitos e deveres e, principalmente, sem discernimento político.

Freire (2002) traz duras críticas ao modelo de educação que insiste em se perpetuar, em que o professor são depositários de conteúdos e os estudantes são meros receptores, e acrescenta que:

É uma pena que o caráter socializante da escola, o que há de informal na experiência que se vive nela, de formação ou deformação, seja negligenciado. Fala-se quase exclusivamente do ensino dos conteúdos, ensino lamentavelmente quase sempre entendido como transferência do saber (Freire, 2002 p. 23).

A educação em uma perspectiva emancipatória, conforme Ambrosini (2012), pressupõe um conceito de conhecimento mais amplo do que o simples saber formal, abstrato e científico. A emancipação pressupõe um conhecimento concreto, onde o pensar e a realidade estão num processo dialético. Corroborando nesse pensamento, Saviani (2015) afirma que é preciso garantir o processo dialético entre a educação e a realidade concreta, no sentido de que os estudantes atuam diretamente na prática social mediante os problemas enfrentados.

A realidade social, segundo Saviani (2015), é o ponto de partida. A partir dela, se iniciam estudos teóricos para compreendê-la e, posteriormente, alcançar sua possível transformação. Por meio desse processo, os estudantes estarão na função de agentes transformadores da sociedade por meio da educação numa luta

contra-hegemônica. Em vista disso, Freire (2002 p. 21) afirma que “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar as práticas futuras. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática”.

A partir da unidade do ensino e pesquisa, Moura (2007) afirma ser possível trazer o discurso teórico o mais próximo possível da realidade concreta. Esta proximidade contribui para a construção da autonomia e responsabilidade social dos indivíduos, como também, o desenvolvimento das capacidades de aprender, interpretar, analisar, criticar, refletir, buscar soluções e propor alternativas. A educação deve proporcionar, segundo Tonet (2006) conhecimentos, habilidades e valores essenciais, pensamentos lógicos e autônomos, capacidade para promoção de mudanças sociais, culturais, científicas e tecnológicas.

A educação deve tornar o indivíduo capaz de enfrentar o mundo real e não apenas um ser alienado. Deve formar o indivíduo com capacidade crítica, que não se renda à cultura dominante. Esta seria, conforme expõe Ambrosini (2012), uma concepção de educação popular e libertadora, que reconheça o indivíduo oprimido pela organização social heterônoma, como agente transformador dessa mesma sociedade.

A centralidade do processo formativo, segundo Ramos (2007) deve estar sobre os sujeitos. Na perspectiva da emancipação humana, devem ser considerados de forma não abstrata nem isolada, mas singular, cujo a vida se constrói pelas múltiplas interações sociais, à medida que os projetos individuais entram em coerência com um projeto social coletivamente construído.

Reiterando o pensamento supracitado, Moura (2015) afirma que a verdadeira autonomia é alcançada a partir da construção de uma sociedade diferente daquela exigida pela lógica econômica. O ser humano e suas intermediações com a natureza, através do trabalho, devem estar no centro juntamente com ciência e a tecnologia, ao invés de estar a serviço do mercado e do crescimento dos indicadores econômicos. É preciso formar cidadãos emancipados, capazes de participar politicamente com vista à melhorias coletivas e construção de uma sociedade justa.

A emancipação humana, os processos educativos e o desenvolvimento omnilateral dos estudantes, segundo Lima, Colares (2023), são trabalhados a partir da Pedagogia Histórico-crítica. Esta, visa o desenvolvimento das múltiplas

capacidades humanas e o discernimento histórico-político das classes trabalhadoras sob o capitalismo. Segundo Moura (2007), em uma perspectiva crítica da realidade, o estudante deixa de ser um mero armazenador de conhecimentos produzidos e transmitidos pelo docente e passa a assumir uma postura ativa no processo, onde constrói, desconstrói e reconstrói suas próprias convicções a respeito de si e do mundo.

Freire (2002) defende a necessidade de discutir as experiências sociais dos indivíduos dentro da sala de aula, quando diz:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deve associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (Freire, 2002, p.17).

Saviani (2015) defende a necessidade de ensinar os estudantes a viver em sociedade, o que significa conhecê-la o máximo possível. Contudo, conhecer não se resume na posse de informações, mas compreender as relações e determinações sociais. Assim, torna-se necessário entender como nasceu a sociedade; de onde surgiu; como se encontra estruturada; quais as contradições que a movem, e isso só será possível mediante a ação efetiva, intencional e organizada da sociedade hodierna que encontra-se subsumida.

CAPÍTULO 2 - IMPASSES PARA A EFETIVAÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NAS ESCOLAS CONTEMPORÂNEAS

2.1 Programa de Expansão das Escolas Cívico-Militares

Como foi discutido nos tópicos anteriores, historicamente, a educação integral encontrou diversos óbices para sua real efetivação, permanecendo como um ideário utópico. Na contemporaneidade, não é diferente. Ainda, ano após ano, são desenvolvidos planos para tentar acabar com o projeto de educação unitária, integral e emancipatória, dentre os quais, está o plano de expansão das escolas cívico-militares.

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, doravante PECIM, foi lançado em 2020 pelo governo federal para a implementação de 216 colégios até 2023. O PECIM foi regulamentado pelo decreto presidencial nº 10.195/2019, que instituiu-se a Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares, como a finalidade de garantir a criação dos colégios militares com parceria entre sociedade civil e militar (Brasil, 2019; Santos, Pimentel, 2024).

Esse projeto de expansão foi desenvolvido pelo Ministério da Educação em conjunto com o Ministério da Defesa, também em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Todavia, conforme expõe Santos e Pimentel (2024) há uma verdadeira incursão no processo de militarização das escolas públicas. Apesar dos esforços exercidos pelas diversas esferas de governos para a efetivação do programa, houve e ainda há necessidade de garantir o aparelhamento ideológico para o convencimento das diferentes camadas sociais.

A implementação do PECIM, segundo Vinha, *et al.* (2021) tem seu fundamento no “aumento da violência nas escolas”, desordem e índices insatisfatórios em exames nacionais. Segundo os partidários desse projeto, somente através de uma gestão rígida, com o “resgate da autoridade”, seria capaz de colocar ordem nas instituições de ensino, bem como melhorar os índices de desenvolvimento da educação básica. Dessa forma, a administração das escolas seria confiada aos militares, sob o argumento da real necessidade do controle da violência e indisciplina e formação de bons cidadãos.

Corroborando com o autor supracitado, Santos (2023) afirma que a militarização da educação é justificada pelo temor da violência e indisciplina. Os

problemas sociais são tidos como elementos centrais do discurso que tenta legalizar e legitimar o compartilhamento da gestão das escolas. Contudo, a violência consiste em um fenômeno que sempre existiu na história da humanidade.

A falsa impressão trazida por esse modelo de escola contemporânea, segundo Santos e Pimentel (2024) deixa encoberta a séria dificuldade do governo em tratar as raízes dos problemas sociais, atribuindo a responsabilidade à gestão escolar. Ferreira, Alves e Reis (2023) acrescentam que outro argumento utilizado pelo governo para tentar responsabilizar a gestão escolar é o excesso de permissividade no fazer pedagógico, ocasionado pelo “excesso de democracia”.

Problemas de violência, criminalidade e indisciplina, segundo Vinha, *et al.* (2021), não são tratados com fórmulas mágicas, mas com estratégias sólidas e sustentáveis que estão expressas na legislação nacional bem como no legado deixado por estudiosos e teóricos sociais e educacionais. No entanto, estes, não estão atrelados à uma formação de pessoas submissas e acrítica, que cumpram deveres impostos sem hesitar, mas ao pleno desenvolvimento da pessoa, com consciência de seus direitos, respeito aos direitos e dignidades inerentes à pessoa humana e ao desenvolvimento da plena capacidade para o exercício da cidadania.

O compartilhamento da gestão escolar, conforme Santos e Pimentel (2024), é realizado a partir da interpretação errônea dos princípios que regem a gestão democrática das escolas previsto na Constituição Federal em seu artigo 206 (Brasil, 1988). Há, deste modo, o estabelecimento de uma convivência incompatível entre a educação e a segurança pública, com uma regulação estatal ainda mais incisiva sobre a educação, direcionando-a segundo os interesses hegemônicos.

Ressalta-se que há distinção entre os colégios militares, que são vinculados às Forças Armadas, e o novo modelo de escola que está em curso. As escolas cívico-militares, segundo (Viaro, 2022) continuam vinculadas às Secretarias de Educação, porém tendo sua gestão compartilhada com militares. Todavia, não se trata de um mero compartilhamento de gestão, mas de uma gestão específica, evidenciando uma repartição de funções dissimulada, onde aos militares cabe a gestão e aos educadores o trabalho.

O processo de compartilhamento da gestão, segundo Santos e Pimentel (2024) oculta a intenção de doutrinar, camuflando seu verdadeiro objetivo: coerção sem uso da força. Esse modelo de escola em expansão provoca um falso ideário

salvacionista, com grande apoio das famílias. Disseminam-se, assim, a farsante ideia de que os problemas como: indisciplina e criminalidade, serão resolvidos imediatamente.

O processo de doutrinação, segundo Kochhann, Ferreira e Paulo (2024) funciona numa espécie de “cura social” para exterminar a criminalidade. Na tentativa de tornar os estudantes excluídos e marginalizados, potenciais causadores de caos e desordem, em cidadãos “socialmente aceitáveis”, utilizam-se como prevenção, uma intervenção repressora. Entretanto, diferentemente de reprimir, a escola deve buscar o desenvolvimento da criticidade, omnilateralidade, autonomia e consequente emancipação dos estudantes, um desafio enfrentado pelos profissionais da educação que atuam em escolas que mais se assemelham a quartéis.

Em síntese, a criminalidade e indisciplina não serão superadas com técnicas autoritárias empregadas no modelo de escola cívico-militar. A priori, é necessário superar as desigualdades sociais e garantir o respeito à dignidade humana, refletida em uma ambiente justo e igualitário, sem sentimentos de superioridades e individualismo.

2.2 Autoritarismo e a Heteronomia

A implementação e expansão da militarização da educação traz grande influência no contexto do poder disciplinar escolar. Segundo Viaro (2022) as técnicas utilizadas têm por objetivo produzir um perfil de indivíduo submisso, útil e adestrado. Dutra (2021) acrescenta que o governo tem a função de controlar as “anomalias” presentes no corpo social e projetar sujeitos dóceis e maleáveis, a fim de atingir a eficiência e produtividade da máquina estatal. Assim, os estabelecimentos de ensino são instrumentos, uma vez que se mostram mais eficazes no processo de doutrinação, alienação, conformismo e estabelecimento de uma cultura geral.

Em contraste a esse modelo de educação, Freire (2002) defende uma prática educativa inversa a essa que está em curso, ao dizer que:

[...] uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil. Curiosidade com que podemos nos defender de “irracionalismos”

decorrentes ou produzidos por certo excesso de “racionalidade” de nosso tempo altamente tecnologizado (Freire, 2002, p. 18).

As técnicas disciplinares utilizadas nesse modelo de escola, segundo Dutra (2021) reúnem-se em torno da objetificação do ser humano. O objetivo consiste em possibilitar o exercício do poder Estatal com o mínimo custo e esforço, máxima intensidade e discricção, bem como o aumento da utilidade e manipulação de todos os elementos do sistema. Entretanto, Freire (2002, p. 28) afirma que a “presença no mundo não é a de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere”, e acrescenta que o ser humano deve ser colocado na “posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História”.

O poder nas instituições de ensino de gestão militar, segundo Viaro (2022) é exercido com discricção. No entanto, pode ser percebido nas frequentes pequenas penalidades, como palavras, privações, humilhações ou um simples olhar repreensivo a cada ato indesejado praticado pelos estudantes. Mesmo diante da sutileza nas repreensões feitas, destacam-se as marcas deixadas nas vítimas de violência simbólica. Freire (2002, p. 23) afirma que “mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor”, e acrescenta:

o professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum desses passa pelos alunos sem deixar sua marca (2002, p. 34).

A sanção normalizadora utilizada no contexto militar, segundo Viaro (2022) produz por um lado sujeitos normalizados, por outro, individualizados. São punidos os desvios e premiadas as adequações. Os comportamentos dos indivíduos, são classificados como “bons” ou “maus”. Assim, ao diferenciar os normais e anormais, individualiza, reforça a polarização e faz com que a exclusão se torne um processo natural, colocando os indivíduos dentro dos padrões de suposta normalidade.

No contexto militarizado, segundo Vinha, *et al.* (2021) há uma dissociação entre o “disciplinar” e o “pedagógico”, embora sejam complementares entre si. Nesse modelo de escola contemporânea, a disciplina é necessariamente atrelada à regulação externa, com altos níveis de heteronomia²⁶, o que corresponde a

²⁶ Ausência de autonomia. Sujeição a outrem.

obediência por pura submissão a autoridade, conformidade a convenções sociais, medo de punição ou interesse em prêmios e honrarias.

Vinha e Tognetta (2009) acrescentam que na heteronomia a obediência não se mantém, é provisória. Está apoiada em fatores externos, o que provoca o seguimento de valores apenas em determinadas circunstâncias, como quando, sob vigilância. O fato de o comportamento não ser mais apresentado, não significa que o indivíduo passou a entender as consequências do ato e aprender melhores formas de proceder, mas, simplesmente, que está sob controle por temor ou por interesse.

Freire (2002) afirma que o autoritarismo consiste em privilegiar a autoridade em detrimento da liberdade. Por outro lado, a disciplina corresponde ao equilíbrio entre a autoridade e a liberdade. O autor ainda ressalta que:

O autoritarismo e a licenciosidade são rupturas do equilíbrio tenso entre autoridade e liberdade. O autoritarismo é a ruptura em favor da autoridade contra a liberdade e a licenciosidade, a ruptura em favor da liberdade contra a autoridade. Autoritarismo e licenciosidade são formas indisciplinadas de comportamento que negam o que venho chamando a vocação ontológica do ser humano (Freire, 2002, p. 46)

Através da heteronomia, resultante do autoritarismo, Vinha, *et al.* (2021) afirmam que as escolas cívico-militares deixam de exercer suas funções precípuas. As oportunidades de aprender a conviver é usurpada dos estudantes, bem como, de participar ativamente do processo pedagógico e compreender a real necessidade de seguir regras, de modo a desenvolver a autorregulação. Isto porque, segundo Dutra (2021) utilizam-se de métodos de disciplina que embora sejam eficientes, são preconceituosos, hierarquizando indivíduos e desqualificando-os em casos de baixo desempenho nas avaliações e testes padronizados.

Freire (2002) chama atenção para o modo que os educadores estão ensinando, ao afirmar que não se deve:

pensar apenas sobre os conteúdos programáticos que vêm sendo expostos ou discutidos pelos professores das diferentes disciplinas mas, ao mesmo tempo, a maneira mais aberta, dialógica ou mais fechada, autoritária, com que este ou aquele professor ensina (Freire, 2002, p.46).

O autor traz duras críticas ao autoritarismo dentro das escolas e consequente heteronomia dos estudantes, ao dizer: “como, na verdade, posso eu continuar falando no respeito à dignidade do estudante se o ironizo, se o discrimino, se o inibo com a minha arrogância” (2002, p. 34). E acrescenta que, “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (2002, p. 31).

Nas escolas onde o autoritarismo está posto, de um lado, há formas de repressão bastantes eficazes, com a obrigação de respeito às normas, sob a ameaça de terríveis sanções, de outro, há licenciosidade em relação a comportamentos irracionais, como os atos de violência contra indivíduos específicos cometidos por grupos protegidos pelo anonimato. Assim, o autoritarismo, segundo Júnior (2024) é um dos elementos que dão sustentação à violência estrutural e institucionalizada. Quando presente, traz consigo comportamentos individualistas, egoístas, indiferença perante o outro e sentimento de superioridade.

Segundo Vinha, *et al.* (2021) ensinar e aprender em um ambiente permissivo, com altos níveis de incivildades e indisciplina torna-se inviável. Entretanto, caminhando para o outro extremo, as escolas militarizadas, trazem consigo a violência simbólica que é um tipo de violência sem coação física, mas que causa danos morais e psicológicos em suas vítimas. Em um ambiente em que predomina o autoritarismo ou a licenciosidade, o estabelecimento da disciplina para o desenvolvimento da autorregulação dos estudantes torna-se inalcançável, visto inexistir liberdade e autoridade, componentes indispensáveis para tanto.

Freire (2002) alude que “resultando da harmonia ou do equilíbrio entre autoridade e liberdade, a disciplina implica necessariamente o respeito de uma pela outra, expresso na assunção que ambas fazem de limites que não podem ser transgredidos”. O autor acrescenta nesse sentido, ao dizer:

Assim como inexistir disciplina no autoritarismo ou na licenciosidade, desaparece em ambos, a rigor, autoridade ou liberdade. Somente nas práticas em que autoridade e liberdade se afirmam e se preservam enquanto elas mesmas, portanto no respeito mútuo, é que se pode falar de práticas disciplinadas como também em práticas favoráveis à vocação para o ser mais. Entre nós, em função do nosso passado autoritário, contestado, nem sempre com segurança por uma modernidade ambígua, oscilamos entre formas autoritárias e formas licenciosas. Entre uma certa tirania da liberdade e o exacerbamento da autoridade ou ainda na combinação das duas hipóteses. O bom seria que experimentássemos o

confronto realmente tenso em que a autoridade de um lado e a liberdade do outro, medindo-se, se avaliassem e fossem aprendendo a ser ou a estar sendo elas mesmas, na produção de situações dialógicas. Para isto, o indispensável é que ambas, autoridade e liberdade, vão se tornando cada vez mais convertidas ao ideal do respeito comum somente como podem autenticar-se. Começemos por refletir sobre algumas das qualidades que a autoridade docente democrática precisa encarnar em suas relações com a liberdade dos alunos (Freire, 2002, p.46).

A indisciplina na escola, segundo Santos (2023) traz consequências negativas para o trabalho do professor. Por outro lado, diante das constantes interrupções devido excesso de conversas e brincadeiras durante as aulas, ocasiona também prejuízo na concentração e aprendizado da turma como um todo. Entretanto, apesar de suas consequências, a indisciplina não é inerente à subjetividade do estudante, mas é uma ação momentânea, e suas motivações, muitas vezes, transcendem o ambiente escolar.

As causas que podem levar a indisciplina, segundo Nascimento (2023), são diversas, como a falta de acompanhamento dos pais, problemas familiares, o despreparo de professores para lidar com situações adversas, regras escolares pouco claras, entre outras. Diante disso, Vinha, *et al.* (2021) defendem a oferta constante de oportunidades e espaço dentro do currículo escolar para reflexão e debates sobre problemas sociais, conflitos de valores, princípios e normas, alternativas de resolução pacífica de conflitos, a fim de formar sujeitos autônomos, críticos, políticos, reflexivos.

Quando a escola não está preparada para lidar com questões comportamentais, Vinha e Tognetta (2009) afirmam que a obediência à regra é associada ao temor da autoridade, ao medo da punição e, nos casos que os problemas são transferidos à família, a perda do afeto. No entanto, essas formas de controle frequentemente utilizadas reforçam a heteronomia, trazendo a falsa sensação de que os problemas estão resolvidos, que pelo contrário, acabam sendo agravados.

Em síntese, o desenvolvimento da moral heterônoma, segundo Vinha e Tognetta (2009) ocasiona dificuldades para a resolução de conflitos que, devido ao emprego do autoritarismo, as soluções são dadas unilateralmente, sem interação e diálogo. Deste modo, jovens serão formados com pouca habilidade social, dificuldades para emitir opiniões, respeitar perspectivas diferentes, tomar decisões, expor seus sentimentos, dentre outros.

CAPÍTULO 3 - A IMPRESCINDIBILIDADE DAS REGRAS

3.1 O Estado de Natureza dos Homens e o Pacto Social

A pedagogia do filósofo inglês, Thomas Hobbes, segundo Sobrinho (2023), traz uma visão pessimista da natureza humana. Para Hobbes, a educação deve ser utilizada como instrumento para civilizar, controlar a natureza egocêntrica dos indivíduos e internalizar um senso de obediência às leis e autoridade do Estado. A partir de uma educação cívica, são formados cidadãos racionais e conhecedores dos benefícios do pacto social. Assim, o ensino sobre os deveres e responsabilidades dentro da sociedade civil, auxilia na prevenção de conflitos e garante a estabilidade do Estado em oposição ao estado de natureza.

O estado de natureza dos seres humanos, segundo Braga *et.al.* (2023) ocorre na ausência de normas estabelecidas por um Estado. Corresponde a um verdadeiro estado de guerra, devido ao exercício ilimitado dos direitos sobre tudo e todos, ocasionando um constante sentimento de medo e insegurança. Assim, surge a necessidade de se buscar segurança por meio de um contrato social elaborado de comum acordo entre os indivíduos, onde cada um abre mão de uma parcela de sua liberdade, criando um Estado soberano que será garantidor da paz e da segurança.

Visto que, o ser humano não busca apenas viver, mas, segundo Pacheco, Belinazo e Cunha (2000), viver e conviver bem com os demais, constatou-se a necessidade de se constituir democraticamente um mediador para estabelecer o entendimento entre os diferentes grupos e pessoas. Diante dos esforços coletivos, o ser humano se viu na necessidade de estabelecer alguém dotado de autoridade e que regulasse as liberdades individuais para o estabelecimento da paz social.

Em suma, Braga *et al.* (2024) afirmam que, segundo a teoria de Thomas Hobbes, a essência do ser humano é composta por impulsos emocionais que tendem a gerar conflitos, levando a uma conjuntura de temor mútuo. No entanto, a racionalidade dos seres humanos se manifesta através dos esforços coletivos para se manterem a salvo, culminando na formação da sociedade civil. Do mesmo modo, John Locke, também filósofo inglês, defende uma regulação da convivência humana, caso contrário, cada indivíduo determinaria o que é certo e errado para si, acarretando problemas nas relações interpessoais.

Jean-Jacques Rousseau, filósofo suíço, também reconhece o estado da natureza dos seres humanos. Entretanto, segundo Alves (2019) Rousseau defende que o desenvolvimento da moral e consciência social deve ocorrer após um necessário autoconhecimento do indivíduo, visto que a educação dos seres humanos se dá de forma gradativa, atrelada às vivências características de cada idade. O trabalho pedagógico torna-se um ato político, de modo a buscar um equilíbrio entre as necessidades do ser humano primitivo e habilidades indispensáveis ao convívio em sociedade.

Carvalho (2023) acrescenta que, segundo Rousseau, a vontade geral deve ser ensinada por não ser encontrada naturalmente, ou seja, não é inata aos indivíduos. É insuficiente dizer ao ser humano: seja bom! É preciso ensiná-lo a sê-lo. É necessário instruir a partir da infância, visto que a cidadania é exercida do nascimento até a morte, mediante os direitos e deveres a serem cumpridos. Através da educação, crianças e adolescentes devem ser educados e introduzidos às leis do Estado e as máximas da vontade geral.

A vontade geral é expressa formalmente, segundo Carvalho (2023) através das leis, representando a vontade do Estado. Por outro lado, interesses comuns entre diversos grupos também são consideradas vontades gerais, estas são tão importantes quanto aquela expressa na lei, por revelar a força dos costumes.

Dentre as vontades gerais pode-se citar os interesses comuns que são determinados pela comunidade interna de uma entidade ou órgão público. Nas escolas, são elaborados documentos institucionais, regimentos internos dentre outros, por meio de comissões compostas por integrantes de diversos segmentos, como de professores, gestores, auxiliares e estudantes, contando também com a participação da comunidade externa através das consultas públicas.

3.2 Diálogo Sobre os Direitos e Deveres e o Desenvolvimento da Moral Autônoma

A comunidade escolar deve, segundo Vinha, *et al.* (2021) ao invés de impor, pensar e refletir sobre os valores morais. Sua discussão contribui para a formação humana integral dos estudantes. Conforme Firmino e Dias (2023) os valores morais moldam o comportamento humano, conduz à escolhas fundamentadas na distinção entre o certo e o errado, através do desenvolvimento da criticidade, democracia e respeito mútuo, devendo ser construídos desde a infância, nos

diferentes ambientes, sendo o escolar um espaço fundamental para essa aprendizagem.

Entende-se que o desenvolvimento da moral foi bem sucedido quando o controle vai se tornando interno e a obediência às normas não depende mais do olhar de alguém. Essa é, segundo Vinha e Tognetta (2009) a moral autônoma. A diferença entre a moral heterônoma e a autônoma é a razão de se seguir determinados valores. Estes, segundo Karepovs, Santos e Cruz (2023) precisam fazer parte da identidade do sujeito, integrando sua personalidade, movendo-o em direção ao cumprimento das regras de forma consciente e não, por interesse ou submissão de quem às impõe.

Vinha, *et al.* (2021) trazem colaboração nesse sentido, ao afirmarem que a obediência e a disciplina quando bem trabalhadas são tidas como valores relevantes na formação cidadã. O desenvolvimento da autodisciplina, a guisa de favorecer a autonomia, acontece quando os indivíduos legitimam regras ao fazer escolhas conscientes, considerando-as boas para si e para os demais, sem depender de estímulos externos, como castigos ou prêmios. As regras só existem, segundo Vinha e Tognetta (2009) em função da convivência humana e necessidade de regulá-la, tornando-se imprescindíveis para a garantia da harmonia no convívio social.

Em um cenário educacional não ideal, onde as regras são impostas, os estudantes são impossibilitados de terem experiências necessárias para o desenvolvimento da autorregulação, autodisciplina, visto que as regras estão fora do indivíduo e não são trabalhadas a partir de uma reflexão, tornando as condutas de pensar e obedecer dissociadas. Assim, no intuito de combater esse cenário educacional, Vinha, *et al.* (2021) afirmam ser necessário que os estudantes compreendam a necessidade da existência de regras, bem como compreendam as razões para segui-las, para que as regras sejam legitimadas, com a necessária compreensão de que são justas.

A escola, segundo Nunes (2018) precisa enfatizar a relevância do diálogo e da paz. Faz-se necessário habituar os estudantes a um conjunto de direitos e deveres necessários para que possam desenvolver um caráter equilibrado, de modo a possibilitar um bom convívio social, a construção de valores sociomorais, o aperfeiçoamento das relações interpessoais, o respeito às diferenças interculturais e à cultura da não violência nas escolas. De modo contrário, ocorrerá uma aumento

nos casos *bullying*, conflitos de interesses, assédio, discriminações e intolerância às diferenças, mau uso de espaços e bens.

Nessa perspectiva, Martinez (2013) defende a promoção da inclusão no ensino médio de um momento para abordar conhecimentos relacionados à cidadania e direito e deveres, os quais tem o condão de proporcionar aos estudantes uma melhor preparação para a vida cidadã. A escola precisa desenvolver nos estudantes autonomia e preparo para um convívio social e respeito ao próximo, na medida que adquire conhecimento a respeito de seus direitos e deveres, ao invés de apenas capacitá-los para dar continuidade aos seus estudos acadêmicos ou inserção no mercado de trabalho.

O contato com noções de direito e deveres no ensino médio tem por objetivo o preparo para a vida social, política, cultural, econômica e profissional (Neto; Alexandre, 2021). A fim de formar futuros cidadãos, as escolas, segundo Nunes (2018), precisam trabalhar diversas temáticas sociais. Contudo, isso constitui ainda um grande desafio para o século XXI em que aprender a conviver requer o desenvolvimento do respeito nas relações humanas, da cooperação, de um bom diálogo e da resolução pacífica dos conflitos.

Por fim, Mendonça e Cardoso (2009) afirmam que o debate sobre direitos e deveres na escola consiste também em um meio eficiente no combate à não informação. Uma grande parcela da população brasileira não tem acesso e exercício de seus direitos, sendo prejudicadas não só as classes menos favorecidas, mas todas as classes, visto não terem acesso a esses conhecimentos dentro da escola.

3.3 Regras e valores no contexto da educação profissional e tecnológica

O IFTO é dotado de poderes administrativos, dentre eles, o poder normativo ou regulamentar que possibilita a elaboração de documentos institucionais para auxiliar no processo de gestão administrativa e acadêmica. No que se refere à gestão acadêmica, são frequentemente elaborados e atualizados documentos como, instruções normativas, regulamentos, regimentos, dentre outros.

Ao regulamentar questões relacionadas à vida acadêmica dos estudantes, o IFTO editou o Regulamento da ODP que tem por finalidade precípua trazer informações importantes, que quando cumpridas de forma consciente,

proporcionam um bom convívio entre os estudantes como também servidores e colaboradores. No entanto, é necessário promover constantemente discussões que estimulem principalmente os estudantes à reflexão e compreensão sobre regras trazidas pela ODP, as quais possuem razões justas para existir, como a preservação dos bens de uso comum da comunidade interna.

Segundo Neto *et al.* (2019) o ambiente escolar é um espaço propício para o debate de questões sociais. Assim, existe uma importante relação entre a educação e a formação para a cidadania no contexto do IFTO. Discutir a ODP é promover a sensibilização sobre regras e valores fundamentais valorizados no contexto da educação profissional e tecnológica e formação humana como um todo. A ODP aborda uma série de tópicos e diretrizes que moldam a forma como a instituição planeja, implementa e avalia suas atividades educacionais. Dessa forma, se torna essencial para o alcance da eficácia do processo educativo e, consequentemente, para a qualidade do ensino ofertado.

O art. 8º elenca os princípios norteadores do ensino, sendo eles:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência no campus; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas/andragógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - gratuidade do ensino público; VI - valorização do profissional da educação ministrada no IFTO; VII - gestão democrática do ensino público; VIII - garantia de padrão de qualidade; IX - valorização da experiência extraescolar; X - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (IFTO, 2015).

Os princípios que norteiam a educação no IFTO deixam claro que não basta garantir ao indivíduo o acesso à educação, é preciso considerar o pluralismo de ideias no processo de ensino aprendizagem, assim como também, a experiência extraescolar vinculando os objetivos da escola com os dos estudantes, do mundo do trabalho e da sociedade numa perspectiva humanizadora. Portanto, acredita-se ser de extrema relevância apresentá-los aos estudantes de forma lúdica através do produto educacional proposto nesta pesquisa.

CAPÍTULO 4 - PERCURSO METODOLÓGICO

Inicialmente, para a realização desta pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. A primeira, conforme Gil (2002) desenvolveu-se a partir da análise de livros e artigos científicos. A segunda, utilizou-se materiais que não recebem algum tipo de análise crítica de autores diversos, como a Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Regulamento da Organização Didático-Pedagógica, entre outros.

Posteriormente, utilizou-se a pesquisa de campo, onde a pesquisadora buscou informações e coletou os dados necessários com a aplicação de questionários semiestruturados. O estudo de campo, segundo Gil (2002) procura aprofundar as questões propostas, que faz com que seu planejamento seja mais flexível, mesmo que para isso seja preciso reformular seus objetivos ao longo da pesquisa.

4.1 Participantes e local da pesquisa

A proposta foi desenvolvida com a participação voluntária de quatorze estudantes do segundo ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao ensino médio do IFTO - *Campus Araguaína*. Para a identificação dos participantes, foi necessária a realização de um levantamento por meio de enquete no grupo de *WhatsApp* das turmas A e B do segundo ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. Do total de sessenta e três estudantes, somente quatorze demonstraram ter habilidades ou interesse em desenhos e ilustrações em geral, atributos necessários para a construção do ODP Ilustrada.

A escolha das turmas dos segundos anos se deu pelo fato dos estudantes já estarem familiarizados com o ambiente e rotina escolar, e por esse motivo, sentirem mais à vontade em participar dos encontros e atividades propostas. Para tanto, fez-se necessária a autorização e parceria por parte dos professores das disciplinas de Artes e Sociologia, pois foram necessárias intervenções em suas aulas.

4.2 Quanto aos objetivos

Para a efetivação dos objetivos propostos nesta pesquisa, o estudo utilizou a pesquisa do tipo exploratória. Esta, segundo Gil (2002) tem por finalidade proporcionar maior intimidade com o problema de pesquisa, a fim de dá-lo mais ênfase e clareza, como também favorecer a construção das hipóteses, possuindo assim, um desenvolvimento bastante mutável, de modo a considerar os mais variados aspectos relativos ao fato estudado, a fim de alcançar o amadurecimento das ideias.

4.3 Quanto à natureza e análise dos dados

Foi utilizada a pesquisa do tipo mista, de natureza quanti-qualitativa, visto que foi preciso considerar os conceitos de quantidade e qualidade. Conforme Gatti (2001) de um lado a quantidade é uma interpretação à grandeza com que um fenômeno se manifesta e, de outro, interpretação qualitativa, de modo a fazer um diálogo com os autores trazidos no referencial teórico desta pesquisa, pois sem relação a algum referencial, os dados não têm significação em si.

Segundo Minayo (2001) os dados quantitativos e qualitativos não se opõem, mas, se complementam, de modo a excluir qualquer dicotomia. Yin (2016) afirma que pode ser utilizado um estudo quantitativo para avaliar se uma intervenção foi efetiva. Contudo, uma avaliação sobre a natureza da intervenção e sua implementação poderá requerer um estudo qualitativo. Avaliações envolvendo ambos os tipos de questões poderiam exigir o uso de componentes quantitativos e qualitativos.

Para a análise dos dados qualitativos, empregou-se a análise de conteúdo, constituída pelas fases da pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, proposta por Bardin (1979). Para a obtenção dos resultados foram utilizadas as narrativas dos participantes, com a identificação de códigos e criação de categorias, que foram respaldadas no referencial teórico sobre o tema. A análise dos dados quantitativos foi feita com o auxílio de quadros, gráficos explicativos e porcentagens.

4.4 Quanto ao objeto de estudo

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, doravante IFTO, regulamenta a postura disciplinar dos seus discentes através do Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO por meio da Resolução nº 38/2013; alterado pela, resolução ad referendum nº 7/2015, convalidada pela resolução nº 23/2015, aprovadas por seu Conselho Superior (CONSUP), órgão máximo consultivo e deliberativo composto por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, escolhidos por eleição, e presidido pelo reitor.

A ODP dispõe sobre os cursos de educação básica articulados com a educação profissional: técnicos de nível médio e profissionalizantes; formas de articulação: integrada, concomitante, subsequente e educação de jovens e adultos (PROEJA), todos presenciais, no âmbito do IFTO.

ODP é composta pelo Título I - Das disposições iniciais; Título II - Do processo seletivo, ingresso e acesso à Educação Profissional; Título III - Do tempo e espaço escolar; Título IV - Dos procedimentos educacionais e outras providências; Título V - Da organização curricular; Título VI - Dos certificados, diplomas e documentos de registro escolar; Título VII - Dos direitos e deveres dos professores e estudantes; Título VIII - Da avaliação da educação profissional técnica de nível médio, demais modalidades e formas de articulação previstas neste regulamento; Título IX - Formação docente; Título X - Das disposições finais e transitórias.

Diante da extensão da ODP, com intuito de delimitar o estudo realizado, a pesquisa foi desenvolvida a partir análise tão somente o Título VII, mormente o Capítulo II, que dispõe sobre os direitos e deveres dos estudantes. A escolha deste capítulo foi feita com base na relevância do tema dentro do contexto social dos estudantes, os quais têm respaldo na legislação vigente do Brasil, como também em Tratados e Convenções Internacionais. O Capítulo II é composto pelos artigos 237, 238, 239 e 240.

O artigo 237 traz o conceito de corpo discente, que representa “todos os estudantes regularmente matriculados no IFTO”. O artigo 238 é composto por vinte incisos que tratam sobre os Direitos do Corpo Discente, o artigo 239 trata sobre os Deveres do Corpo Discente ao longo de vinte e três incisos, já o artigo 240 traz as vedações ao Corpo Discente, elencados em vinte e dois incisos. Por fim, o objeto de estudo consistirá também nos quatorze estudantes do 2º ano do ensino médio integrado do IFTO.

4.5 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de dois questionários semiestruturados, via google formulários, aos 14 estudantes do 2º ano do curso técnico em informática integrado ao ensino médio do IFTO - *Campus Araguaína*.

O questionário I (Apêndice B), realizado antes da aplicação e elaboração do produto educacional, buscou fazer um levantamento do conhecimento prévio dos estudantes acerca da ODP. O questionário II (Apêndice C) foi subdividido em duas partes, sendo a primeira aplicada logo após ao encontro presencial, que compreendeu três aulas de quarenta e cinco minutos, e a segunda parte foi aplicada após a elaboração dos desenhos que compuseram a ODP Ilustrada.

O questionário, conforme Gil (1999) é definido como uma técnica de investigação formada por questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como finalidade a observância de opiniões, interesses e expectativas. Marconi e Lakatos (2003) definem questionários como um meio de coleta de dados, constituído por perguntas que devem ser respondidas sem a presença do pesquisador.

Gil (2002; 2019) defende a utilização de questionário visto ser o meio mais barato e rápido de alcançar conhecimentos, pois possibilita o alcance de muitas pessoas, independentemente da localização geográfica, já que o questionário pode ser enviado pela internet; implica menor despesa com pessoal; possibilita um momento mais oportuno para o preenchimento das respostas; isenta de influência pelos pesquisadores.

Segundo Thiollent (1986) a fase de elaboração dos questionários é fundamental para que os pesquisadores possam reter aspectos técnicos da concepção e da formulação das perguntas. Os questionários precisam ter clareza nas perguntas, podendo ser estas de múltipla escolha, abertas ou fechadas.

4.6 Aspectos éticos

Esta dissertação, fruto de um projeto de pesquisa, foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), obtendo aprovação representada pelo número de parecer: 6.755.692. Ressalta-se que os dados coletados estão sob a

responsabilidade da pesquisadora e, estarão disponíveis aos participantes sempre que desejarem avaliá-los. Os participantes tiveram, ainda, acompanhamento e assistência por parte da pesquisadora, que sempre estará disponível para esclarecimentos de dúvidas que possam surgir durante e após a pesquisa.

Conforme a Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, CEP/CONEP/CNS/MS, foi garantido o anonimato e a voluntariedade da participação na pesquisa, possibilitando ao participante, optar em não responder ou desistir a qualquer momento da pesquisa, sem nenhuma penalidade. Ademais, antes do início da pesquisa, foram apresentados os objetivos, a metodologia e procedimentos aplicados ao longo do trabalho aos participantes, bem como, o consentimento dos responsáveis e assentimento dos estudantes menores, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e Termo Assentimento Livre Esclarecido (TALE).

Por fim, respeitando os princípios éticos e a preservação do anonimato dos participantes, estes foram identificados em seus relatos como, Participante A, Participante B, Participante C, assim sucessivamente.

4.6.1 Riscos e benefícios da pesquisa

Será garantida a minimização dos riscos durante esta pesquisa, visto que, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos nas dimensões física, intelectual, emocional, social, cultural, em tipos e gradações variadas, conforme previsto na Resolução CNS nº 466/12. Em caso de dano de qualquer tipo, os participantes terão direito à indenização e/ou ressarcimento, por parte da pesquisadora e da instituição envolvida, assegurando assim, baixa possibilidade de proporcionar riscos ou danos aos participantes da pesquisa.

No decorrer da pesquisa, os participantes ao responder as perguntas do questionário não apresentaram nenhum incômodo. Ressalta-se que, foi esclarecido sobre a possibilidade de optar por não responder ou desistir da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Sobre os benefícios desta pesquisa, os estudantes que aceitaram participar, tiveram a oportunidade de contribuir com a construção da ODP Ilustrada. Esta buscou auxiliar na redução dos casos de indisciplina, violação de direitos

estudantis, melhora no convívio escolar e, conseqüentemente, social, proporcionando assim, uma formação integral dos estudantes.

4.6.2 Responsabilidade da pesquisadora, da instituição, Promotor e Patrocinador

A pesquisadora está consciente de suas responsabilidades e obedecerá às cláusulas contidas na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), garantindo o zelo e sigilo dos dados que foram coletados e apresentados neste trabalho, resguardando todos os participantes, sejam maiores e menores de idade.

Ressalta-se que os resultados finais favoráveis ou não, serão publicados na plataforma Brasil, assim como rege a referida resolução. Ressalta-se, que a execução da pesquisa somente foi iniciada após o consentimento do Diretor-Geral do IFTO - *Campus Araguaína* através da assinatura do termo da Instituição participante. Por fim, esta pesquisa não tem órgão promotor ou patrocinador, e todos e qualquer custo foi de inteira responsabilidade da pesquisadora.

4.7 Produto Educacional

Neste item apresentamos o Produto Educacional (PE) elaborado a partir desta dissertação de mestrado. O PE foi materializado na forma de um *E-book* intitulado ODP Ilustrada. Para sua elaboração, foram utilizadas duas aulas de quarenta e cinco minutos da disciplina de Sociologia, onde foi realizado um primeiro momento teórico, com exposição de conteúdo pela pesquisadora e leitura individualizada pelos participantes. Ato contínuo, houve um momento prático, com resolução de três atividades gamificadas de associação, via aplicativos online²⁷, com o fim de auxiliar na internalização do conteúdo visto anteriormente.

O aplicativo utilizado, denominado Wordwall, é uma ferramenta digital de acesso gratuito que possibilita a criação de jogos interativos e atividades personalizadas. O uso desse aplicativo possibilitou uma proximidade maior com os participantes visto ser um público juvenil pertencendo a era digital.

²⁷ Wordwall, <https://wordwall.net/pt/resource/72098466>. <https://wordwall.net/pt/resource/72014324>. <https://wordwall.net/pt/resource/72015275>.

A escolha da disciplina de Sociologia foi feita tendo em vista que ela, conforme Cofré e Bortoloto (2020) possibilita a promoção do desenvolvimento de um posicionamento crítico e questionador nos estudantes. Além do mais, proporciona experiências sociais com o mundo contemporâneo, contribui para que os estudantes desenvolvam uma consciência de si, dos outros e do mundo, e possibilita o alcance da finalidade da educação, qual seja, o preparo para o mundo do trabalho, que exige habilidades sociais para além do conhecimento técnico.

Em seguida, utilizou-se uma aula de quarenta e cinco minutos da disciplina de Artes, onde foi convidado a participar um estudante egresso do Ensino Médio Integrado. Este compartilhou seus conhecimentos sobre técnicas para elaboração de desenhos, a fim de auxiliar os estudantes participantes na realização da atividade em grupo que foi seguidamente proposta pela pesquisadora.

Foram criados três grupos, o primeiro e segundo compostos por cinco integrantes cada, e o terceiro composto por quatro integrantes. Cada grupo escolheu livremente cinco direitos e cinco deveres dos estudantes expressos na ODP, os quais foram representados em forma de desenhos em papel A4. Ressalta-se que os estudantes tiveram liberdade para escolher a técnica que seria empregada.

A escolha dos desenhos pelos participantes se deu a partir de uma identificação pessoal, com também pela maior recorrência desde no dia a dia na Instituição escolar. Alguns direitos e principalmente deveres são mais abordados pelos profissionais do setor pedagógico tendo em vista uma maior incidência e reincidência. Outra questão que influenciou na escolha pelos participantes, foi a surpresa em conhecer questões que eram desconhecidas e pela vontade de dar conhecimento aos demais estudantes.

Tendo em vista o final do semestre letivo, com excesso de provas e atividades, foi necessário a prorrogação do prazo de entrega. Assim, após trinta dias, com a atividade concluída, foi realizada a exposição dos desenhos no pátio da instituição, com a finalidade proporcionar o prestígio do talento artístico dos participantes e maior conscientização sobre os direitos e deveres dos estudantes a partir de uma linguagem atrativa e de fácil entendimento.

Por fim, os desenhos foram renderizados e utilizados na elaboração da primeira edição da ODP Ilustrada. Esta encontra-se disponível no Apêndice - A, contendo a descrição detalhada com o passo a passo para sua reaplicação em outras instituições.

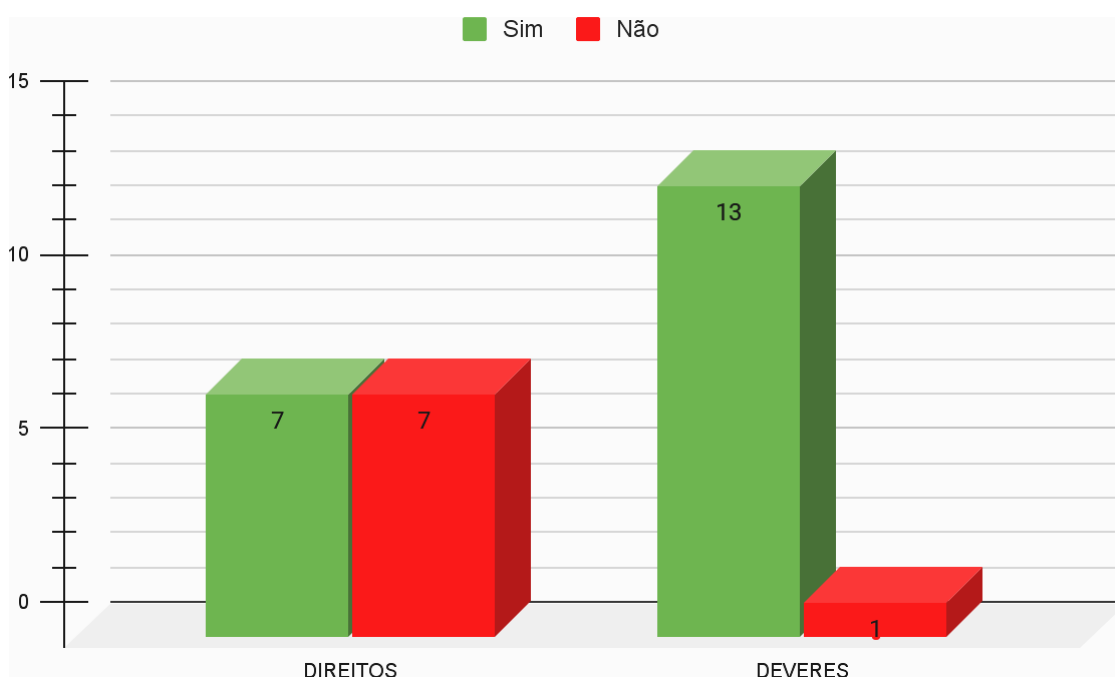
CAPÍTULO 5 - ANÁLISES DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente foram analisados os dados obtidos no questionário I (Apêndice B), aplicado antes da intervenção didática, e teve por objetivo verificar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre a ODP, em especial, os direitos e deveres dos discentes nela contidos e, se estes, estão ou não sendo respeitados. Posteriormente foram expostos e analisados os dados obtidos do questionário II (Apêndice C), que teve por finalidade conhecer o nível de satisfação dos participantes na intervenção didática e elaboração do produto educacional.

5.1 Questionário I - Conhecimentos prévios dos estudantes quanto a seus direitos e deveres

Os dados obtidos a partir da primeira e segunda pergunta, mostraram que 50% dos participantes conhecem seus direitos. Por outro lado, 92,8% afirmaram conhecer seus deveres, conforme pode ser visto no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Conhecimento acerca dos direitos e deveres pelos participantes



Fonte: Elaboração própria (2024).

Ao comparar os resultados, percebe-se uma disparidade na conscientização dos estudantes, sendo necessário que o IFTO - *Campus Araguaína* encontre um

equilíbrio, não privilegiando a autoridade em detrimento da liberdade ou vice-versa. O Instituto Federal tem um público majoritariamente jovem, e infelizmente acabam julgando os estudantes do ensino médio integrado como seres totalmente irresponsáveis, desobedientes e imaturos, levando assim uma sobreposição dos deveres sobre direitos. Nesse sentido, Dutra (2021) afirma que a escola não deve atuar de maneira a projetar sujeitos dóceis e maleáveis, privilegiando a autoridade no sentido de controlar as 'anomalias' presentes no corpo discente. Tal prática, apenas contribui para a objetificação do estudante.

Em contraste, Freire (2002) afirma que os estudantes devem lutar para se inserir no contexto escolar, colocando-se como sujeitos integrantes da história da Instituição, reconhecendo-se como detentores de direitos e liberdades, e não apenas, conforme Vinha, *et al.* (2021) estudantes submissos e acríticos, que cumpram deveres impostos sem hesitar. Trazer para os estudantes uma maior consciência sobre os seus direitos não significa, segundo Ferreira, Alves e Reis (2023) excesso de permissividade no fazer pedagógico.

Garantir o acesso e respeito no exercício dos direitos e consequente liberdades individuais, não corresponde a um “excesso de democracia”, como é erroneamente interpretada por uma parcela da população de viés autoritário. O Instituto Federal, instituição que defende a democracia, deve inserir constantemente os estudantes no fazer pedagógico de modo que eles atuem de maneira ativa e se considerem como parte integrante, os autores principais da escola.

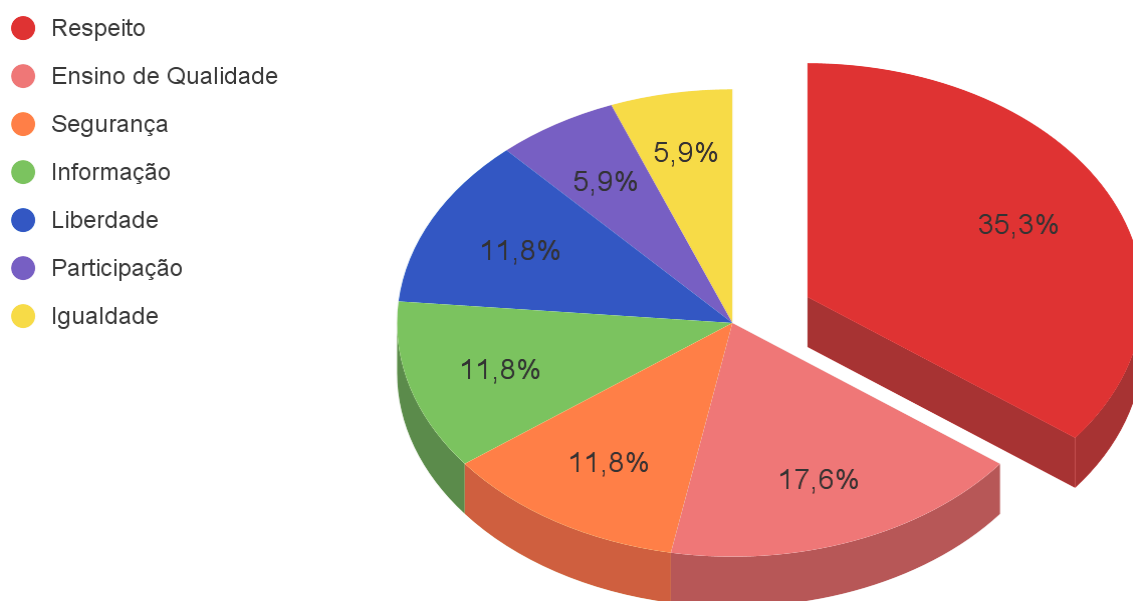
Freire (2002) afirma que o autoritarismo consiste em privilegiar a autoridade em detrimento da liberdade. Segundo ele, “o autoritarismo é a ruptura em favor da autoridade contra a liberdade [...]”. Assim, a partir dos dados obtidos nessas respostas, foi possível verificar a necessidade de rever a prática pedagógica executada no IFTO – *Campus Araguaína*.

Não se pode esquecer de que os estudantes possuem direitos e para que esses possam ser exercidos, primeiramente precisa ser informado e garantido por toda a equipe pedagógica e professores. É preciso haver constantes ações que auxiliem os estudantes a se empoderarem e usufruir do que lhe é garantido e reafirmado por diversas leis nacionais e internacionais.

Diante do conhecimento dos participantes sobre seus direitos, foram citados exemplos limitados, quando comparados a amplitude expressa na ODP. Assim, foi

possível criar sete códigos: respeito, ensino de qualidade, segurança e informação, liberdade, participação e igualdade, como pode ser visto no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Exemplos de direitos citados pelos participantes



Fonte: Elaboração própria (2024).

Os participantes também citaram exemplos de deveres. A partir deles, foram identificadas os códigos e categorias elencados no Quadro 1.

Quadro 1 - Codificação e categorização dos deveres

Códigos	Categorias
- cuidar da Instituição; - conservar o patrimônio escolar; - manter limpo o ambiente; - zelar pela organização da Instituição;	Dever de cuidar

- respeitar os profissionais de ensino; - manter o respeito; - Manter o respeito com os professores, servidores e colegas; - respeitar as regras da Instituição; - ter comportamento adequado; - utilizar o uniforme dentro do Instituto; - não consumir produtos ilícitos; - Cumprir as regras e regulamentos da instituição de ensino; - não fazer coisas proibidas	Dever de respeitar
- estudar - ir em todas as aulas; - frequentar as aulas regularmente e pontualmente - participar ativamente das atividades acadêmicas - assistir às aulas regularmente;	Dever de frequentar

Fonte: Elaboração própria (2024).

A partir dos exemplos, observou-se que os participantes conseguiram citar uma maior variedade de deveres quando comparado aos direitos expostos no Quadro 1, ratificando, assim, o desequilíbrio entre os componentes para o estabelecimento da disciplina, que são: a liberdade e a autoridade. Nesse sentido, Freire (2002, p. 46) afirma que “o bom seria que experimentássemos o confronto realmente tenso em que a autoridade de um lado e a liberdade do outro [...]”.

Um dos deveres poucos observados no cotidiano escolar é o de se manter informado nos quadros de avisos, editais, sites e redes sociais oficiais do *Campus*. O reflexo dessa desinformação é refletida nos indeferimentos de inscrições de auxílios estudantes por falta ou incorreção na documentação. O desconhecimento acaba prejudicando os estudantes mais vulneráveis, impossibilitando o alcance de políticas públicas que tem por objetivo auxiliar na permanência e êxito ofertadas pela Instituição.

Percebe-se que pelo não cumprimento do dever de se informar, o estudante deixa de exercer um direito que faria toda diferença no seu desempenho acadêmico, que é o de participar de editais de auxílios estudantes. Fica notória, assim, a necessidade de manter o equilíbrio na conscientização dos estudantes sobre seus direitos e deveres.

Destaca-se que 50% afirmaram não saber dos seus direitos, representando um quantitativo expressivo, revelando o pouco preparo destes estudantes para o exercício da cidadania. Ademais, a falta de conhecimento sobre os direitos faz com que a sua possível violação não seja identificada e reivindicada. Nesse sentido, Barcelos e Moll (2023) afirmam que, o desconhecimento sobre os direitos aumenta os índices de

desrespeito à dignidade da pessoa humana, violando um dos fundamentos expresso na Constituição Federal de 1988.

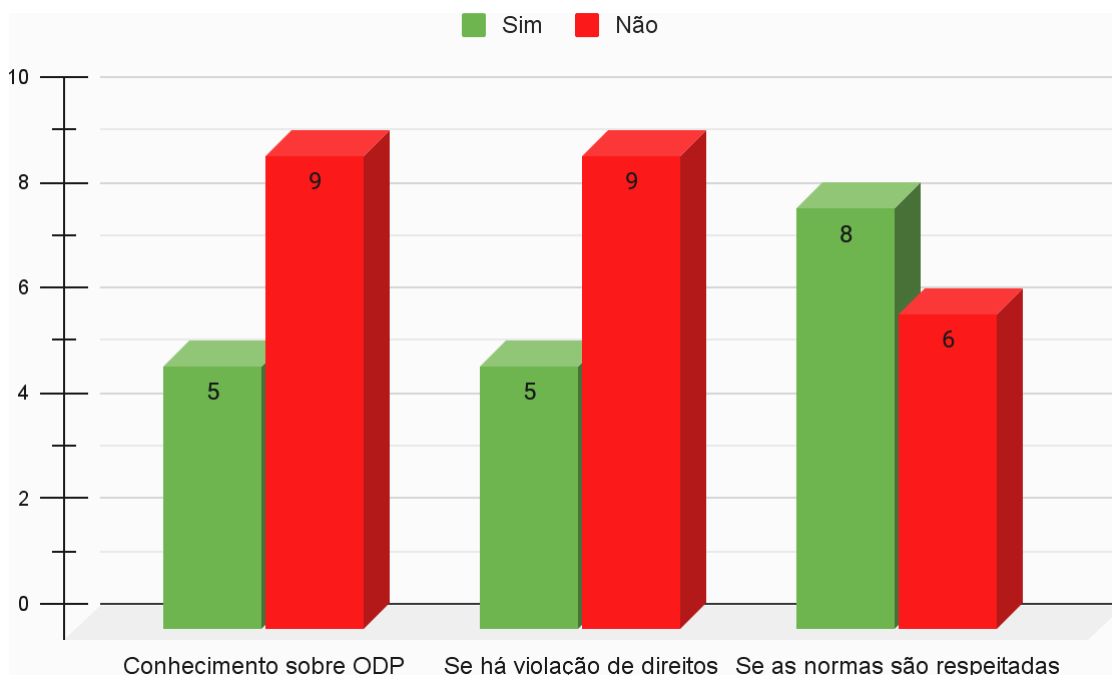
Um dos direitos que é menos exercido pelos estudantes do IFTO *Campus Araguaína* é o de ter um momento extrajornada de aulas para atendimento individualizado com o professor para tirar dúvidas e sanar alguns dificuldades. O não exercício desse direito, por exemplo, impossibilita o estudante de ter uma melhor aproveitamento acadêmico, acarretando em muitos casos uma reprovação.

O desconhecimento pelos estudantes confirma o nível de desinformação dentro da Instituição, o que ocasiona, posteriormente, segundo Mendonça e Cardoso (2009) o não exercício dos direitos por uma grande parcela da população, visto não acessar esses conhecimentos dentro da escola. O desconhecimento dos direitos pelos estudantes, segundo Simões, Neto e Calzavara (2023) comprovam que as escolas continuam amparadas em um ensino tradicional, conteudista e competitivo, não oferecendo o pleno desenvolvimento e o preparo para o exercício da cidadania, cenário este, que precisa ser superado na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica.

Os servidores do IFTO *Campus Araguaína* devem se conscientizar que para alcançar a formação humano integral dos estudantes, não basta apenas oferecer os conteúdos previstos no plano de ensino dos professores, é necessária favorecer condições para o exercício da cidadania dos estudantes, por meio da abordagem de temas transversais que traram reflexo na vida adulta. O comportamento tidos pelos estudantes dentro da Instituição será reflexo do cidadão que ele se tornará no futuro.

A terceira, quarta e quinta pergunta do questionário I, trouxeram dados que se relacionam quando analisados com base nos autores que subsidiaram esta pesquisa, conforme pode ser visualizado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Análise das respostas 3, 4 e 5 do questionário I



Fonte: Elaboração própria (2024).

As perguntas objetivaram identificar o conhecimento dos estudantes a respeito da ODP do IFTO e a sua observância na prática escolar. Ficou evidenciado um nível de desconhecimento elevado, onde 64,2% relataram não conhecer a ODP, revelando sua pouca discussão no IFTO *Campus Araguaína*.

Imagiando a inexistência de leis em geral e da ODP, a quem os estudantes recorreria em casos de roubo de materiais escolares, agressões e ameaças por aqueles que se consideram mais fortes que suas vítimas e que tinham a certeza da impunidade? Certamente a escola estaria cercada pelo sentimento de medo e insegurança. Por meio da ODP, os estudantes tem direito de ter a dignidade respeitada, sentem segurança e esperança de que novos comportamentos irregulares serão evitados, a partir de uma intervenção dotada de autoridade exercida pelos servidores.

A ODP representa a vontade geral do IFTO. Esta, é estabelecida em comum acordo entre os diversos segmentos da comunidade interna, e, quando seguida, colabora para o bom andamento das atividades administrativas e acadêmicas. A ODP orienta as relações entre os protagonistas do ensino-aprendizagem e traz garantias para uma boa prática escolar, sendo assim, indispensável promover o seu conhecimento, caso contrário, conforme expõem Braga *et al.* (2024) estudantes e

professores determinam o que é certo e errado somente para si, acarretando problemas nas relações interpessoais.

A ODP foi elaborada com a finalidade de regular as liberdades individuais para estabelecer a harmonia no ambiente escolar. Carvalho (2023) afirma que a vontade geral é fruto de esforços coletivos, não sendo, portanto, inata aos indivíduos, devendo ser ensinada. Assim, é necessário instruir os estudantes para o exercício dos seus direitos e deveres, introduzindo-os às normas internas, bem como, às máximas da vontade geral de toda a sociedade.

É salutar promover discussões que estimulem os estudantes à reflexão e compreensão sobre regras trazidas pela ODP, como também, segundo Vinha, *et al.* (2021) compreensão das razões para a existência das regras e o porquê de segui-las, no sentido de legitimá-las, com a necessária compreensão de que são justas. Assim, não basta apenas facilitar o acesso da ODP, mas auxiliar a sua compreensão. Saviani (2015) afirma ser preciso ensinar os estudantes a viver em sociedade, o que significa conhecê-la, inclusive suas regras. Porém, ainda segundo o autor, não basta apenas ter posse de informações, mas compreender as relações e determinações sociais.

Apenas um breve contato na aula inaugural não é suficiente para uma internalização das informações trazidas na ODP. É preciso fazer um trabalho de formiguinha, com visitas periódicas nas salas de aulas pela equipe pedagógica de modo a proporcionar um momento de diálogo e acolhimento para que assim seja possível uma compreensão efetiva dos reais motivos de se seguir normas dentro da Instituição. Por outro lado, a ausência de trabalhos de conscientização aumentam as recorrências de advertências, suspensões e cancelamento de matrículas realizadas pela Coordenação Pedagógica.

Outro ponto que merece destaque é a extensão e linguagem estritamente formal da ODP, representando verdadeiros óbices para um maior contato e compreensão dos vários assuntos relevantes nela trazidos. Logo, Pieczarka e Valdivieso (2023) defendem a abolição de práticas excludentes que possam provocar barreiras no ambiente escolar, sendo imprescindível construir propostas e documentos pedagógicos mais acessíveis a fim de garantir o acesso universal à informação. O que reafirma a relevância do Produto Educacional elaborado a partir desta pesquisa.

Uma das consequências do desconhecimento da ODP, é a falsa sensação de

inexistir direitos violados, visto que, quanto mais se conhece seus direitos maior consciência sobre sua violação terá. Neste cenário, observou-se que apenas 35,7% dos participantes tiveram seus direitos em algum momento violados. A maioria demonstrou sofrer com a falta de respeito, configurado no *bullying* e *cyberbullying*, como podem ser vistos nos relatos expostos a seguir.

"Sim. Quando fui vítima de cyberbullying, e o colégio não deu uma devida atenção para o caso, apenas engavetaram e não fizeram nada a respeito, me senti extremamente desamparada e ofendida pois o colégio não se importou com o caso e apenas deixou passar como se fosse algo normal de se acontecer." (Participante A)

"Sim! Diversas vezes. Situações graves ocorridas no Instituto, como eu que sofri gordofobia, são levadas apenas como uma brincadeira e não se esforçam para apoiar a vítima, tentam apaziguar de maneira mais rápida possível, apenas com um pedido de desculpas, e às vezes nem isso. No caso "passam a mão na cabeça", isso resolve apenas o conflito mas a dor da vítima é silenciada. Isso leva o transgressor a fazer de novo e de novo sem medo algum de ser penalizado." (Participante B).

Segundo os relatos das vítimas de intolerância e preconceito, a Instituição não deu a devida atenção ao caso, tentando criar uma sensação de problema resolvido, o que muitas vezes não ocorre de fato. Isso acontece devido a heteronomia comumente presente no contexto escolar, levando os estudantes a obedecerem apenas quando vigiados. Vinha e Tognetta (2009) corroboram ao afirmarem que as formas de controle utilizados frequentemente nas escolas reforçam a heteronomia, trazendo consigo uma falsa sensação de problema resolvido, mas, na verdade, contribuem para agravá-lo.

A falta de um acompanhamento de médio a longo prazo, faz com que os profissionais da educação tenham uma falsa impressão de que o comportamento deixou de ser apresentado e que o estudante passou a entender as consequências do ato e aprender melhores formas de proceder, o que na realidade não acontece. Tais relatos, demonstram a necessidade de se ampliar as discussões no IFTO - Campus Araguaína sobre os direitos e deveres expressos na ODP, caso contrário, conforme Nunes (2018) haverá uma maior recorrência nos casos de *bullying*, conflitos de interesses, assédio, discriminações e intolerância às diferenças.

A partir dos relatos, houve a ratificação do desequilíbrio entre a autoridade e

liberdade no âmbito do IFTO - *Campus Araguaína*. Por um lado, há um excesso de autoridade, com uma evidente sobreposição dos deveres sobre os direitos, como pôde ser visto no Gráfico 3. Por outro lado, pôde-se observar excessos de liberdades, expressos nos comportamentos irracionais, como os atos de violência e intolerância, que muitas vezes não chegam ao conhecimento dos profissionais, tão pouco da família.

Conforme Gramsci (1982) o ensino médio deve ser organizado com o intuito de criar valores basilares do “humanismo” e autonomia moral. Assim, a instituição escolar, segundo Nunes (2018) deve fomentar a construção de valores sociomorais, o aperfeiçoamento das relações interpessoais, o respeito às diferenças interculturais e à cultura da não violência nas escolas, o que refletirá, posteriormente, na sociedade.

No IFTO, é preciso haver constantemente ações que estimulem o respeito e a tolerância. Segundo Freire (2002, p.), o respeito à dignidade e tolerância às diferenças é uma obrigação ética e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Sendo tais práticas de desrespeito inadmissíveis em qualquer contexto, especialmente, no educacional. É preciso, segundo Vinha, *et al.* (2021) oferecer constantemente oportunidades e espaço dentro do currículo escolar para reflexão e debates sobre problemas sociais, conflitos de valores, princípios e normas, alternativas de resolução pacífica de conflitos, a fim de formar sujeitos autônomos, críticos e reflexivos.

Soluções para os problemas que são frutos da falta de respeito, podem ser encontrados a partir de debates fomentados pelos Institutos Federais. É possível desenvolver, conforme Vinha, *et al.* (2021) por meio de estratégias sólidas e sustentáveis, a consciência sobre a dignidade da pessoa humana e consequente cumprimento dos direitos e deveres de cada indivíduo.

Outra consequência do desconhecimento da ODP, é novamente refletida nas respostas da maioria dos participantes expostas no Gráfico 3, os quais consideram que as normas são respeitadas pelos demais estudantes da Instituição. Entretanto, quanto mais se lê a respeito dos deveres expressos no documento institucional, é possível perceber o quanto eles são desrespeitados no dia a dia da vivência escolar, conforme pode ser visto a partir da leitura do Artigo 240 da ODP, que traz as vedações ao corpo discente

[...] III - perturbar aulas e trabalhos escolares; IV - circular e permanecer nas dependências da instituição usando **shorts, calções, minissaia, miniblusas** e outros tipos de trajes que possam causar constrangimentos a si e a outrem; V - **usar códigos e linguagem impróprios** e praticar atos que não estejam de acordo com o decoro, inadequados ao convívio social; VI - utilizar-se de processo fraudulento para a realização de trabalhos escolares; VII - **ausentar-se da sala de aula** ou do local de trabalho escolar sem autorização do respectivo PEBTT; VIII - ausentar-se, individualmente ou em grupos, da instituição, em horário de aulas, mesmo que para visitas técnicas ou ações semelhantes, sem o devido acompanhamento de um docente ou de servidor designado pela Coordenação do Curso/Área; IX - **permanecer na sala de aula** ou no local de trabalho escolar, **após o término das atividades** escolares regulares, sem autorização da Direção de Ensino ou setor equivalente; X - **praticar jogos de azar ou apostas** no recinto do *Campus*; [...] (Grifo nosso)

Ao citar exemplos, os participantes relataram quatro formas de desrespeito mais frequentes na Instituição.

Quadro 2 - Normas não respeitadas

Deveres	Frequência	Percentual
Não uso do uniforme	4	57,14%
Desrespeito a colegas e professores	1	14,28%
Faltas e atrasos	1	14,28%
Lixo no chão	1	14,28%

Fonte: Elaboração própria (2024).

A partir dos exemplos, foi possível constatar que o conhecimento sobre os direitos e deveres dos estudantes são superficiais, fazendo-se resumir o extenso rol de vedações expressas na ODP, em apenas ao não uso do uniforme, por exemplo, que apareceu com maior frequência dentre as respostas. Esse cenário de desinformação é fruto de uma educação que insiste em se perpetuar, que formam seres alienados. Segundo Ambrosini (2012) uma educação emancipatória não se resume ao simples saber formal, conteudista. Ela pressupõe um conhecimento concreto, como por exemplo, o desenvolvimento de habilidades para uma melhor convivência social.

Quando perguntado aos participantes sobre os elementos essenciais para um melhor convívio escolar, puderam ser extraídos diversos códigos, alocados em três categorias: mais respeito, melhor comunicação e senso de coletividade, conforme exposto no Quadro 3.

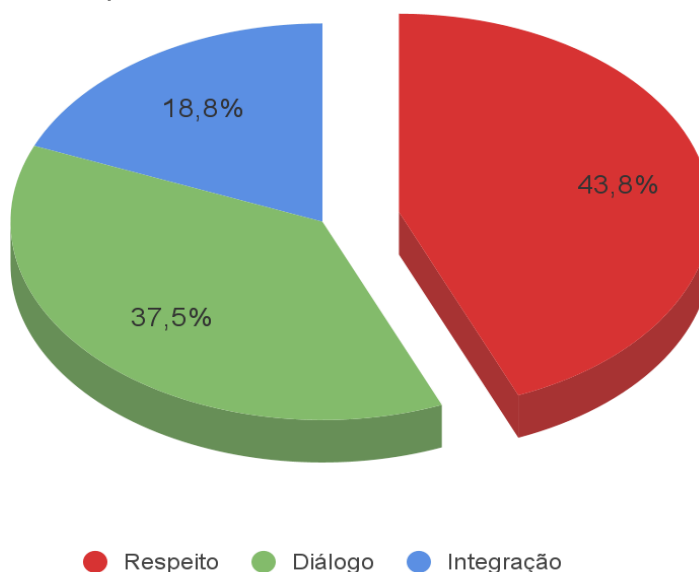
Quadro 3 - Categorias e códigos

Categorias	Códigos
Mais respeito	Igualdade à todos; Respeitar as diferentes necessidades; Respeito uns com os outros; Empatia; Não discriminação;
Melhor comunicação	Buscar conhecer a necessidade de todos e propor solução; Analisar os desafios diários e juntos lidar com a situação; Diálogo em meio a diversidade de ideias, onde todos possam falar e serem ouvidos; Criação de Canais de Comunicação Abertos e Transparentes Incentivo a participação e colaboração; Rodas de conversas
Senso de coletividade	Política de acolhimento aos estudantes; Projeto com jogos; Convivência em grupo; Fortalecimento de amizades;

Fonte: Elaboração própria (2024).

Convergindo as informações expostas no Gráfico 1 com as respostas expressas no Gráfico 4 disposto a seguir, observou-se que o código “Respeito” apareceu com maior frequência, correspondendo 43,8% quando comparado aos demais.

Gráfico 4 - Elementos para uma boa convivência escolar



Fonte: Elaboração própria (2024).

A observância do respeito no ambiente escolar é feita quando, segundo Ramos (2007) os estudantes são considerados sujeitos de direitos no momento em que estão cursando o ensino médio e não apenas futuros cidadãos e trabalhadores. No entanto, o reconhecimento dos estudantes como indivíduos dotados de direitos, em especial, o de ser respeitado, somente é possível no ambiente escolar em que seja estabelecida a disciplina. Assim, segundo Vinha *et al.* (2021) garantir a efetividade dos direitos, mostra-se inviável ante um ambiente permissivo, licencioso e autoritário.

O estabelecimento do respeito mútuo no ambiente escolar ocorre quando há um equilíbrio entre a autoridade e a liberdade. Aquela, exercida pelos servidores e colaboradores na observância do cumprimento dos deveres estudantis, esta, quando são garantidos acesso, respeito e exercício dos direitos pelos estudantes. Nesta toada, Freire (2002, p. 46) afirma que “somente nas práticas em que autoridade e liberdade se afirmam e se preservam enquanto elas mesmas, portanto no respeito mútuo, é que se pode falar de práticas disciplinadas [...]”.

Mais uma vez, ficou evidente dentre as respostas a necessidade de se observar o respeito dentro do ambiente escolar. Em seguida, assim como pôde ser observado no Quadro 3, foi dado destaque sobre a necessidade de haver um maior diálogo a fim de melhorar o convívio dentro da escola, bem como realizar atividades em grupo e momentos de integração, o que vai contra ao modelo de educação contemporânea que prega o individualismo.

Dentre as respostas, os participantes citaram a necessidade de analisar os desafios diários em conjunto e, assim, encontrar alternativas para lidar com a situação. Conforme Saviani (2015) é preciso garantir que a educação esteja associada à realidade concreta, no sentido de favorecer aos estudantes capacidade crítica reflexiva para atuação na prática social mediante os problemas enfrentados. A educação, segundo Ambrosini (2012) deve tornar o indivíduo capaz de enfrentar o mundo real.

É preciso superar práticas individualistas na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica, visto que, segundo Ramos (2007) a vida dos estudantes se constrói a partir das múltiplas interações sociais. A centralidade do processo formativo deve estar sobre os sujeitos, sujeitos não abstratos e isolados, mas a partir de um projeto social coletivamente construído.

Os participantes afirmaram que para o favorecimento de um melhor convívio escolar, é necessário que a Instituição promova eventos e jogos que incentivem um senso de coletividade por meio da convivência em grupo e, conseqüente, fortalecimento da amizade entre os estudantes. Diante dos anseios estudantis, expostos no Quadro 3, a Instituição precisa reconhecer a importância dos momentos informais como parte da formação humana de seus estudantes. Freire (2002) ratifica nesse sentido e lamenta que o caráter socializante da escola, o que há de informal na experiência que se vive nela, seja negligenciado.

No final do questionário I foi perguntado sobre a criação da ODP Ilustrada, os estudantes participantes concordaram por unanimidade sobre a criação de um modelo de ODP em uma linguagem mais acessível e de fácil entendimento. A partir das respostas foi possível a criação de uma categoria e alguns códigos descritos no Quadro 4.

Quadro 4 - Categorias e códigos

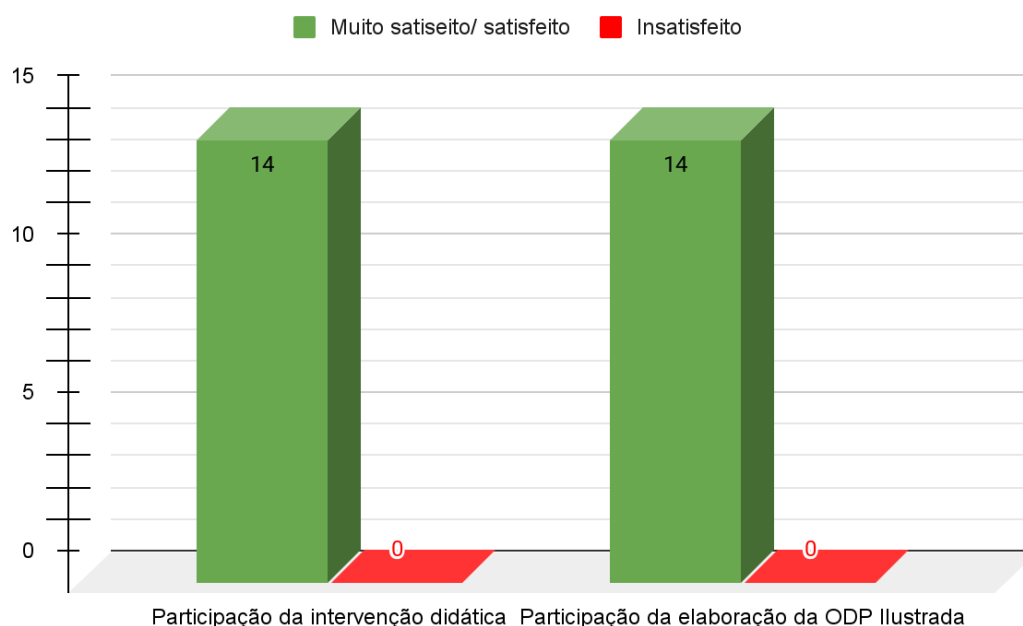
Categoria	Códigos
Efetividade da ODP Ilustrada	- mais acessível e fácil entendimento; - propagação com maior eficiência; - na visão dos estudantes; - diversão no momento da criação; - linguagem mais acessível; - facilita o acesso e o entendimento do conteúdo abordado; - explicação de um estudante para o outro; - maior identidade por parte dos estudantes; - os estudantes sofrem com a falta de consciência;

Fonte: Elaboração própria (2024).

Segundo os participantes, a partir de um material mais acessível e de fácil entendimento o conhecimento será propagado com maior eficiência, contribuindo, assim, para uma maior conscientização e respeito no ambiente escolar. Ademais, a produção do produto educacional promoverá diversão aos participantes, bem como dará identidade ao material feito pelos próprios estudantes.

5.2 Questionário de opinião

No questionário II foi possível identificar o nível de satisfação dos estudantes em participar da intervenção didática e elaboração do produto educacional. A demonstração de satisfação unânime pelos participantes, conforme pode ser observado no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Opinião dos participantes

Fonte: Autoria própria (2024).

O resultado mostra que os estudantes estão abertos a novas experiências didáticas bem como, às discussões que giram em torno de temáticas sociais e formação cidadã, conforme pode ser observado nos relatos a seguir.

“Ao meu ver, a aula ministrada foi completamente útil e informativa. Desenvolvi a consciência de determinados direitos e deveres que são atribuídos a mim como estudante.” (Participante A)

“Satisfatória. Tratou de assuntos importantes e conhecimentos que agregam muito no nosso cotidiano dentro e fora da escola, foi uma aula de muito aprendizado sobre nossos direitos e deveres.” (Participante B)

“Satisfatória. Eu achei uma experiência legal, descobri os deveres e direitos, e percebi que eu não sabia quase nada. E as atividades foram muito legais.” (Participante C)

“Satisfatória. Foi muito legal fazer os desenhos, desde os esboços até a pintura, ter que usar a criatividade. Foi muito bom também saber dos direitos dos estudantes. E principalmente, eu amei ver meus desenhos em um ebook, ver meu nome como uma das ilustradoras, saber que eu colaborei em um trabalho lindo. Isso até me deu mais vontade de explorar esse mundo dos desenhos, das artes. Foi uma experiência incrível.” (Participante D)

“Satisfatória. Essa forma mais didática de trabalhar com os direitos e deveres dos alunos faz toda a diferença.” (Participante E)

“Satisfatório. Foi muito bom, gostei muito, aprendi muitas regras dentro da escola que devemos respeitar, além disso fizemos algumas atividades para demonstrar isso para muitos alunos, sem sombra de dúvidas foi excelente!” (Participante F)

“Satisfatória. Pois além de descobrir um pouco mais sobre esses direitos e deveres, tive a oportunidade de participar desse projeto que facilita o conhecimento e entendimento por parte dos alunos sobre os direitos e deveres que têm de acordo com a ODP, pois a maioria dos alunos nem sabem o que é ODP.” (Participante G)

A partir dos relatos dos participantes, observou-se um entendimento sobre a importância de se conhecer os direitos e deveres e como este conhecimento agrega no cotidiano dentro e fora da escola. Sobre esta perspectiva, Nunes (2018) afirma que o ensino deve exceder a sala de aula, de modo a ultrapassar o processo contínuo de conhecimento, sendo um caminho de construção da própria pessoa.

Seguindo a análise qualitativa dos relatos, ficou demonstrado a satisfação dos participantes em descobrir informações que antes eram desconhecidas. Nota-se a importância de fomentar a curiosidade nos estudantes, de modo a estar sempre em busca de novos conhecimentos. Corroborando, Freire (2002) afirma que uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil.

A curiosidade nos estudantes também é despertada quando se utilizam estratégias para a exposição do conteúdo. A partir dos relatos, observou-se a satisfação dos participantes quanto à didática utilizada na exposição do assunto durante a intervenção didática. Nessa perspectiva, Pieczarka e Valdivieso (2023) afirmam que é necessário que o conhecimento seja compartilhado de maneira a contemplar todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, de modo a alcançar um processo de ensino-aprendizagem e acesso à informação de forma satisfatória.

Em síntese, os participantes reconheceram o desconhecimento por parte do corpo discente sobre os direitos e deveres e afirmaram que os conteúdos expostos foram úteis e que agregaram muito na vivência escolar. Ademais, ressaltaram que a forma mais didática de trabalhar o assunto fez toda a diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola precisa ser um local de aquisição de saberes formais e informais. Estes encontrados nas múltiplas interações sociais, relações interpessoais, que necessitam ser acompanhadas de respeito e tolerância. Assim, o desenvolvimento desta pesquisa e produto educacional oportunizou aos envolvidos a aprendizagem que refletirá para fora dos muros do IFTO, auxiliando no cumprimento das finalidades da educação de formar o indivíduo integral, contribuindo com sua inserção social ativa, no sentido de serem conhecedores, exercentes de seus direitos e cumpridores de seus deveres.

A partir dos resultados obtidos, constatou-se a necessidade de maiores ações institucionais no sentido de contribuir no combate à não informação, auxiliando os estudantes no conhecimento e compreensão dos diversos documentos internos que regem as atividades administrativas e pedagógicas da Instituição. É preciso superar a desinformação no ambiente escolar, incentivando a participação dos estudantes para que, em conjunto, sejam encontradas alternativas que favoreçam o bom andamento das atividades de ensino-aprendizagem.

Esta pesquisa serviu como um instrumento de alerta, no sentido de serem revistas práticas pedagógicas que causam desequilíbrio entre a autoridade e as liberdades essenciais que devem ser garantidas no estabelecimento da disciplina. Segundo os dados obtidos, constatou-se uma desproporção quando comparado o percentual de conhecimentos dos deveres, mostrando-se superiores quando comparados aos direitos.

É preciso rever tais práticas que privilegiam a docilidade e objetificação dos estudantes, pois estes precisam se colocar como sujeitos integrantes e protagonistas da história educacional. Constatou-se que a disciplina escolar deve ser estabelecida de forma a desenvolver a autorregulação e autonomia dos estudantes, auxiliando-os na compreensão das razões de seguir o bem comum, superando atitudes individualistas e egoístas que não colaboram para a harmonia do ambiente escolar.

Os objetivos inicialmente estabelecidos, geral e específicos, foram alcançados. Para atingir a finalidade precípua deste trabalho, a elaboração da ODP Ilustrada, foi necessário um percurso metodológico, em que as pequenas etapas foram concluídas com sucesso. A contextualização da temática aos estudantes,

momento de leitura, exercícios de fixação e trabalho em grupo, foram indispensáveis para o desfecho deste trabalho de mestrado, representado pelo produto Educacional. O PE buscou resolver, ou pelo menos mitigar o problema de pesquisa identificado inicialmente.

Por fim, acreditamos que a ODP Ilustrada cumpriu com o seu propósito de auxiliar os estudantes tanto com o acesso como na compreensão dos seus direitos expressos na ODP original, evidenciado a partir dos relatos dos participantes e o nível de satisfação representado no Gráfico 5. Destaca-se o desejo de dar continuidade à pesquisa e produção do *Ebook* ODP Ilustrada, com vista a abranger todos os direitos e deveres não contemplados nesta primeira versão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jhonatan Diógenes de Oliveira. **Educação e Política em Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)**. Dissertação de Mestrado. Maringá - PR, 2019. Disponível em <<https://philarchive.org/archive/ALVEEP-2>> Acesso em 14 mar. 2024.

AMBROSINI, Tiago Felipe. Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica. **Revista HISTEDBR**, Campinas -SP, nº 47, p. 378-391, set. 2012 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640058/7617>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ANTUNES, Ângela; PADILHA, Paulo Roberto. **Educação Cidadã, Educação Integral: fundamentos e práticas**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. Disponível em: <<https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/f8d14c43-6eb4-4c0e-8b4e504111b7d/content>>. Acesso em 2 fev. 2023.

APPIO, C.; EWALD, I.; SILVA, V. A formação integral na educação profissional tecnológica: Alguns apontamentos. **Metodologias e Aprendizado**, [S. l.], v. 1, p. 11–16, 2020. DOI: 10.21166/metapre.v1i0.1100. Disponível em: <<https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1100>>. Acesso em: 2 out. 2024.

ARAUJO, R. M. de L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. DOI: 10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>>. Acesso em: 9 nov. 2023.

BARCELOS, R. G. de; MOLL, J. Educação Integral e Democracia: contextos, referências e conceitos em um campo em disputas. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, [S. l.], v. 32, n. 70, p. 17–31, 2023. DOI: 10.21879/faeaba2358-0194.2023.v32.n70.p17-31. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/16305>>. Acesso em: 18 set. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BERGMANN, Jonathan.; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra. - 1ª.ed. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: LTC, 2019.

BRAGA, L. *et al.* Estado de natureza, contrato social e eloquência na filosofia política de thomas hobbes. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. FI02, 2023. DOI: 10.21680/1984-3879.2023v23n3ID33580. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/33580>>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 13 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019**. Brasília, DF: Presidente da República, 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10195.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.195%2C%20DE%2030%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202019&text=Aprova%20a%20Estrutura%20Regimental%20e,que%20lhe%20confere%20o%20art>. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 3 mai. 2023.

CARVALHO, Manoel Jarbas Vasconcelos. O conceito da vontade geral: um estudo a partir do verbete “economia política” de J.-J. Rousseau. **Sapere aude** – Belo Horizonte, Edição especial, Nov./2023, p. 251-265 – ISSN: 2177-6342. Disponível em <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/31889>> Acesso em 14 mar. 2024.

ClAVATTA, Maria. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. **Holos**, [S. l.], v. 6, p. 33–49, 2016. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013>>. Acesso em: 18 set. 2023.

COFRÉ, Ingeborg Anni Rulf; BORTOLOTO, Claudimara Cassoli. Sociologia no Ensino Médio: Qual a importância do seu ensino? **EDUCAmazônia**, Humaitá, Vol XXV, Núm 2, jul-dez, 2020, pág. 123-141. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/7823/5510>>. Acesso em: 04 set. 2023.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA. Resolução nº 466. **Proteção aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos**. S/L. 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_12.htm>. Acesso em: 13 jul. 2023.

DUTRA, Rita de Cassia Gontijo. Panoptismo e a Docilização dos Corpos na Educação-Uma Análise das Escolas Públicas no Conceito Foucaultiano. **Revista Científica Novas Configurações–Diálogos Plurais**, v. 2, n. 2, p. 100-109, 2021. Disponível em: <<http://www.dialogosplurais.periodikos.com.br/article/6127f30da953950be82ca2b2>>. Acesso em: 24 mai. 2024.

FERREIRA, E.; ALVES, M.; REIS, L. Militarization of Education in Goiás and Public Opinion: Sociological Reflections in Utterances from Newspaper o Popular. **SciELO Preprints**, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.5984. Disponível em:

<<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5984>>.

Acesso
em: 21

mai. 2024.

FIRMINO, Giovana Brito Bertolini; DIAS, Carmen Lúcia. Concepções sobre aprendizagem socioemocional e a construção de valores morais de uma equipe do ensino médio e técnico. **Dialogia**, [S. l.], n. 43, p. e22971, 2023. DOI: 10.5585/43.2023.22971. Disponível em:

<<https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/22971>>. Acesso em: 4 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Disponível em:

<<http://www.unirio.br/cla/ppgeac/processo-seletivo-2021/bibliografia-2021/freire-paulo-pedagogia-da-autonomia-saberes-necessarios-a-pratica-educativa/view>>.

Acesso em: 10 out. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/es/a/ghLJpSTXFjJW7nWBsnDKhMb/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 15 set. 2023.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Líber Livro, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Parte 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Disponível em:

<<https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/gramsci-os-intelectuais-e-a-organizacao-da-cultura1.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. 2. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Disponível em:

https://amures.org.br/wp-content/uploads/2022/08/1349631_Antonio_Gramsci_Cadernos_do_carcere_vol_II.pdf. Acesso em: 13 nov. 2024.

TOCANTINS, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do. **Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO**. 2015. Disponível em:

<<http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/regulamentos>>

[/cursos-tecnicos/regulamento-odp-cursos-medio-tecnico-presenciais-iftto-2educacao.pdf](#)>.

Acesso em: 13 jul. 2023.

JÚNIOR, Carlos Antônio GIOVINAZZO. Educação política, violência, resistência: a formação da consciência e o enfrentamento ao autoritarismo e à agressividade.

Revista Brasileira de Educação, v. 29, p. e290047, 2024. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ZfXdZfqS9txvPTvjCQFMB3C/?format=html&lang=pt>>.

Acesso em: 04 mar. 2024.

KAREPOVS, Livia Mitestaines; SANTOS, Carolina Lemos dos; CRUZ, Luciana Aparecida Nogueira da. Desenvolvimento moral no ambiente escolar: revisão bibliográfica de estudos numa perspectiva piagetiana. **Schème: Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 72-105, 2023. Disponível em:

<<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/scheme/article/view/14905>>.

Acesso em: 07 mar. 2024.

KOCHHANN, A.; FERREIRA, J. de O.; PAULO, W. G. de. A formação continuada do professor em uma perspectiva crítico-social diante da realidade das escolas militarizadas. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 16, n. 4, p. e3947, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n4-093. Disponível em:

<<https://ojs.europubpublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/3947>>. Acesso em:

29 mai. 2024.

KUNZE, Nádia Cuiabano. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 8–24, 2015. Disponível em:

<<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2939>>. Acesso em: 28 set.

2023.

LIMA, Glaucilene Sebastiana Nogueira; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Pedagogia histórico-crítica e educação integral: reflexões sobre a formação humana emancipatória. **Acta Educ.**, Maringá, v. 45, e60501, 2023.

Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-52012023000100106&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 set. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINEZ, André Almeida Rodrigues. O ensino da cidadania nas escolas brasileiras. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3616, 26 mai. 2013.

Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/24507>>. Acesso em: 3 mai.

2023.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, educação e escola unitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e226099, 2021. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ep/a/X3MD3XtH4YVQfXndFDBDtwS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso

em: 04 mar. 2024.

MENDONÇA, Fabrício Cortese; CARDOSO, Rosimeiri Darc. Noções Básicas de Direito nos Ensinos Fundamental e Médio. **Revista F@pciência**, Apucarana-PR, ISSN 1984-2333, v.5, n. 7, p. 55 – 66, 2009. Disponível em: <https://www.fap.com.br/fap-ciencia/edicao_2009_3/007.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Ano 23, Vol. 2 - 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4815/481549273001.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2023.

MOURA, Dante Henrique. A Formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 23–38, 2015. DOI: 10.15628/rbept.2008.2863. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>>. Acesso em: 13 set. 2023.

NASCIMENTO, Solineide Maria do. Indisciplina escolar: causas e consequências na aprendizagem do/a aluno/ae enfrentamento em sala de aula. **Repositório Institucional da UFPB**. 2023. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=NASCIMENTO%2C+Solineide+Maria+do.+Indisciplina+escolar%3A+causas+e+consequ%C3%Aancias+na+aprendizagem+do%2Fa+aluno%2Fae+enfrentamento+em+sala+de+aula.+2023.&og=NASCIMENTO%2C+Solineide+Maria+do.+Indisciplina+escolar%3A+causas+e+consequ%C3%Aancias+na+aprendizagem+do%2Fa+aluno%2Fae+enfrentamento+em+sala+de+aula.+2023.&aq=chrome..69i57.807j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 04mar. 2024.

NETO, Antônio Rodrigues; NOZU, Washington Cesar Shoit; ROCHA, Ana Cláudia dos Santos. Direito à educação cidadã: reflexões sobre o Programa Escola Sem Partido. **Educação em Revista**, v. 20, p. 83-98, 2019. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/9374/594>>. Acesso em: 10 out. 2023.

NETO, Josino Paulino; ALEXANDRE, Maira Regina de Carvalho. Inclusão de noções de Direito Básico no Ensino Médio. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.7.n.10. out. 2021. ISSN - 2675 – 3375. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2759/1109>>. Acesso em: 4 mai. 2023.

NUNES, Antônio Carlos Ozório. **Diálogos e Práticas Restaurativas nas Escolas**. Ministério Público do Estado de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Educacao/Di%C3%A1logos%20e%20pr%C3%A1ticas%20restaurativas%20nas%20escolas%20%20Guia%20pr%C3%A1tico%20para%20educadores.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<http://www.ct.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacao-internacional/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-1948.pdf/views>>. Acesso em: 12 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Mundial sobre Educação para todos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acesso em: 12 dez. 2024.

PACHECO, C. R. C.; BELINAZO, N. B. C.; CUNHA, J. L. da. Liberdade e educação: compreendendo (im)possibilidades e limites. **Ideação**, [S. l.], v. 8, n. 9, p. 93–106, 2000. DOI: 10.48075/ri.v8i9.857. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/857>>. Acesso em: 24 mai. 2024.

PIECZARKA, T.; VALDIVIESO, T. V. Desenho Universal para Aprendizagem e a inclusão de estudantes com deficiência intelectual: uma revisão sistemática. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. e32/1–27, 2023. DOI: 10.5902/1984686X67006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/67006>>. Acesso em: 28 out. 2023.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Seminário sobre ensino médio. Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal e Mossoró, 2007, 2008. Disponível em: <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medi-o-integrado-marise-ramos1.pdf>>. Acesso em: 5 mai. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5, 2014. Disponível em: <<https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2023.

SANTOS, Mariana Teixeira dos. " **Isso é presídio, moço!**": o que pensam os (as) estudantes sobre as escolas militarizadas do DF. Dissertação (mestrado) Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023. Disponível em: <<http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/47068>>. Acesso em 21 de mai. 2024.

SANTOS, Érico José dos; PIMENTEL, Gabriel Sousa Rêgo. Cegueira nossa de cada dia e teoria da panóptica: política de militarização de escolas públicas. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 28, n. 56, p. 1 - 22, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/4875>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

SAVIANI, Dermeval. O conceito dialético de mediação na Pedagogia Histórico-Crítica e intermediação com a Psicologia Histórico-Cultural. **Germinal**:

Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 7, n. 1, p. 26-43, jun. 2015.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12463/9500>>.

Acesso em: 25 jul. 2023.

SILVA, Lucy Leal Melo; RIBEIRO, Marcelo Afonso Ribeiro; AGUILLERA, Fernanda Aguilera; ZANOTO, Pedro Alves. **Dos contextos educativos e formativos ao mundo do trabalho**: implicações para a construção de carreira. São Carlos: Pedro& João Editores, 2023. Disponível em:

<<https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/dos-contextos-educativos-e-formativos-ao-mundo-do-trabalho-implicacoes-para-a-construcao-de-carreira/>>.

Acesso em: 18 set. 2023.

SIMÕES, Marina Silva; NETO, Fuad Kyrillos; CALZAVARA, Maria Gláucia Pires. Psicanálise e educação: o que pode o analista na escola em tempos de desempenho?. **Tempo Psicanalítico**, v. 55, p. 275-300, 2023. Disponível em:

<<https://tempopsicanalitico.com.br/tempopsicanalitico/article/view/514>>. Acesso

em: 19 set. 2023.

SOBRINHO, Antonio Santana. Estado soberano, poder, modelo de educação em Hobbes e as lições de Foucault. **Revista Filoteológica**-ISSN: 2763-7549, v. 3, n. 2, p. 4-28, 2023. Disponível em

<<http://revistafiloteologicafcfs.educacao.ws/index.php/RFTCF/article/view/116>>

Acesso em 13 mar. 2024.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.

TONET, Ivo. Educação e Formação Humana. **Revista do Centro de Educação e Letras**. UNIOESTE *Campus* Foz do Iguaçu, v. 8 - nº 9 p. 9-21, 2006. Disponível em:

<<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/852/721>>. Acesso

em: 12 jun. 2023.

VIARO, Renee Volpato. Militarização escolar, disciplina e subjetividades: reflexões a partir de Foucault. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 17, n. 38, p.

189-206, 2022. Disponível em:

<<https://revistas.ufri.br/index.php/rce/article/view/44869/>>. Acesso em:

06

mar. 2024.

VINHA, T. P. et al. A educação para o desenvolvimento da autonomia e a militarização das escolas públicas: Uma análise da psicologia moral. **Reflexões sobre convivências e violências nas escolas**, v. 1, 2021.

<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=militarismo+nas+escolas+publicas&btnG=&oq=militarismo+nas+es>. Acesso em: 19 set.

2023.

VINHA, Telma Pileggi; TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 09, n. 28, p. 525-540, dez.

2009 . Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2009000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 mar. 2024.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

WORDWALL1. Acesso em: <https://wordwall.net/pt/resource/72098466>.
Disponível em: 25 de agosto de 2023.

WORDWALL2. Acesso em: <https://wordwall.net/pt/resource/72014324>.
Disponível em: 25 de agosto de 2023.

WORDWALL3. Acesso em: <https://wordwall.net/pt/resource/72015275>.
Disponível em: 25 de agosto de 2023.

APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL



ODP ILUSTRADA

1.
EDIÇÃO

DIREITOS E DEVERES DOS ESTUDANTES





FICHA TÉCNICA E CATALOGRÁFICA

ORGANIZAÇÃO

NATÁLIA SILVA FONSECA MOTA
PROF. DR. WEIMAR SILVA CASTILHO

DESIGNER

FRANKLEI ALVES DA SILVA

ILUSTRAÇÃO

ARTHUR HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS
ESTER PAIVA ALVES
GABRIEL FERNANDO LUCENA SOUSA
GUILHERME JOSÉ BISPO DA SILVA
ISADORA APARECIDA GUEDES CAVALCANTE
JOÃO GABRIEL ALVES MACEDO
JOÃO LUCAS NASCIMENTO MOREIRA
LEILÂNE CAMPOS DA COSTA
LÍDIA SOUZA VIDAL
LUANA NUNES CARVALHO
RIVANE LIMA ARAÚJO
SOFIA MOREIRA FERNANDES
TÁRSIS MARTINS SANTANA
THAÍS PEREIRA CARDOSO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

M917o Mota, Natália Silva Fonseca
ODP Ilustrada / Natália Silva Fonseca Mota. – Palmas, TO, 2025.
32 p. : il. color.

Formato: E-book

Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação
Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2025.

Orientador: PhD Weimar Silva Castilho

Produto Educacional vinculado à Dissertação:

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Direitos e deveres. I.
Castilho, Weimar Silva. II. Título.

ISBN nº 978-65-01-33342-7

CDD 370

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
AUTORES	5
FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL	6
REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	7
DIREITOS DOS ESTUDANTES	8
DEVERES DOS ESTUDANTES	14
PROIBIÇÕES	20
PRODUTO EDUCACIONAL	23
ROTEIRO DE EXECUÇÃO	24
REFERÊNCIAS	32

APRESENTAÇÃO

Meu nome é **Natália Silva Fonseca Mota**, exerço o cargo de Assistente de Alunos no Instituto Federal do Tocantins *Campus Araguaína*. Em minha prática profissional pude observar comportamentos inadequados dos estudantes, como namoros, não conservação da limpeza dos ambientes, excessos de palavrões e a não observância do silêncio nas proximidades das salas de aulas e biblioteca. Assim, ao ingressar no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, senti necessidade de desenvolver um material que contribuísse com o trabalho institucional de conscientização sobre os direitos e deveres dos estudantes.

Fruto da minha dissertação, intitulada "Autoridade e Liberdade: "A busca pelo equilíbrio no Ensino Médio Integrado da Educação Profissional e Tecnológica", surgiu este produto educacional, intitulado "ODP Ilustrada", que, reflete meu compromisso com a melhoria do processo educacional, auxiliando no entendimento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO através de uma linguagem acessível e designer atrativo a fim de contribuir com a formação humana integral dos estudantes do ensino médio integrado.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TOCANTINS
Campus Araguaína



AUTORES



NATÁLIA SILVA FONSECA MOTA

Assistente de alunos pelo Instituto Federal do Tocantins *Campus Araguaína*, bacharel em direito pela Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos, especialista em ciência política pela Universidade Sulamérica e mestra em Educação pelo Mestrado Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação do Tocantins (IFTO), *Campus Palmas*.



WEIMAR SILVA CASTILHO

Licenciado em Física pela Universidade Federal de Goiás, pós-graduação lato sensu em métodos e técnicas de ensino pela Universidade Salgado de Oliveira, mestre e Doutor em sistemas mecatrônicos pela Universidade de Brasília, na área de concentração de materiais funcionais e estruturas adaptativas, com o foco da pesquisa em ligas com memória de forma. tem experiência na área de ensino de ciências e Matemática, com ênfase no ensino de Física. Professor titular do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), *Campus Palmas*, concluiu o estágio pós-doutoral no programa de pós-graduação Ensino de Ciências do Instituto de Física da UFMS.

FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

A escola, segundo Gramsci (1982, p. 65) deve ser organizado com o intuito de criar valores basilares do “humanismo”, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral. Estes, devem ser proporcionados já na última fase da educação básica, e não apenas na universidade ou no cotidiano da vida prática.

O desenvolvimento de habilidades sociais e morais é possível a partir da educação omnilateral, que segundo Araújo e Frigotto (2015, p. 63) deve formar o indivíduo por inteiro, sendo necessário para tanto um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com o desenvolvimento de ações formativas integradoras [...]”, capazes de promover a autonomia e ampliar os horizontes dos autores do processo de ensino e aprendizagem, principalmente, dos estudantes.

A educação deve proporcionar conhecimentos, habilidades e valores essenciais ao ser humano, no sentido de torná-lo autônomo, cidadão capaz de promover mudanças sociais, culturais, científicas e tecnológicas (Tonet, 2006, p. 15).

REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), na busca pela formação humana integral de seus estudantes, regulamentou a postura disciplinar através do Regulamento da Organização Didático-Pedagógica que dispõe sobre os cursos presenciais de educação básica articulados com a educação profissional no âmbito do IFTO.

A ODP regula as relações entre os protagonistas do ensino e aprendizagem e traz garantias para uma boa prática escolar, sendo assim, indispensável promover o seu conhecimento. Discutir esse documento é trazer para o debate pontos essenciais para a sensibilização sobre regras e valores fundamentais valorizados no contexto da educação profissional e tecnológica, essenciais no processo de formação humana como um todo.

A ODP é composta por 253 artigos e dez títulos. Diante da extensão do documento, este produto educacional foi desenvolvido com base no Título VII, em especial Capítulo II, que dispõe sobre os direitos e deveres dos estudantes.

DIREITOS **DOS** ESTUDANTES



Ter assegurado que o professor cumpra o seu horário de aula, desempenhando adequadamente o seu papel



Apresentar aos professores, ou ao órgão da administração da Instituição, sugestões que visem ao bom andamento do ensino



Receber orientação individual ou em grupo, sempre que se fizer necessário e em conformidade com a logística do *Campus*



Receber seus trabalhos, tarefas, provas e outras produções, devidamente corrigidos e avaliados, num prazo de até 10 (dez) dias, após a sua realização



Solicitar às Coordenações auxílio para a solução de problemas, e/ou dificuldades no estudo e/ou em outras áreas;



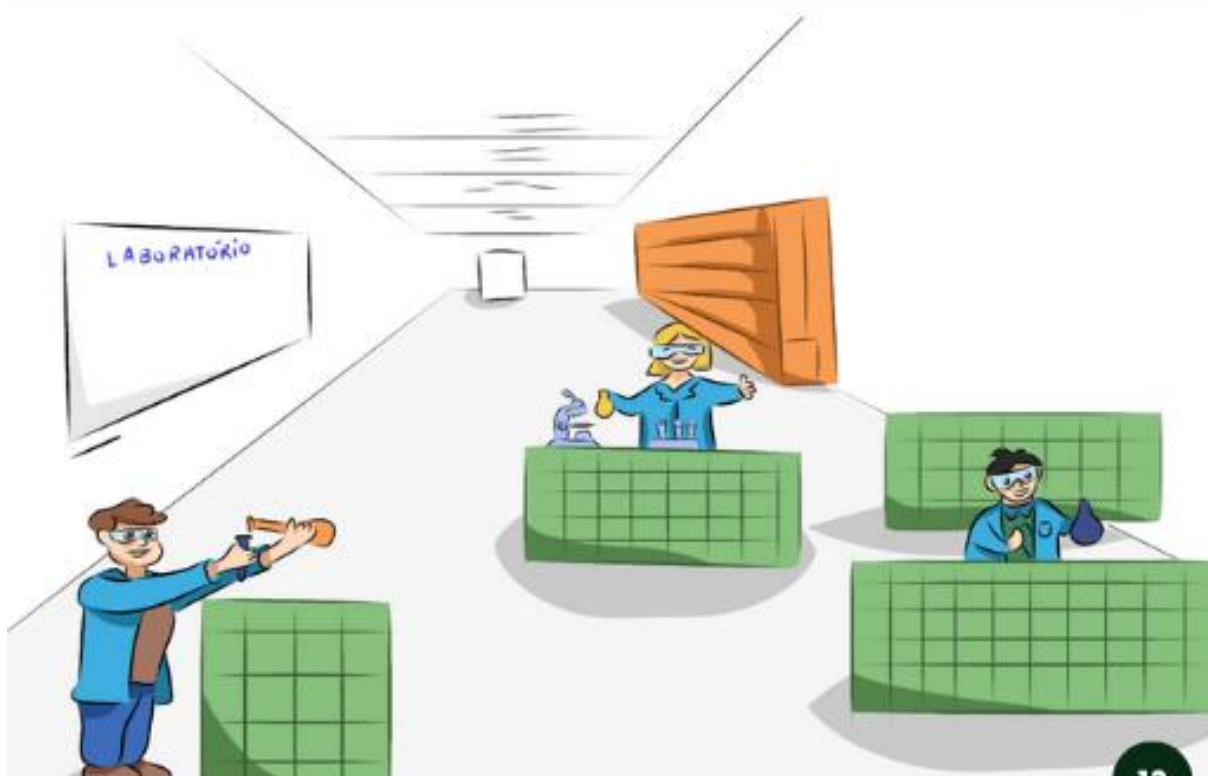
Ter assegurada sua dignidade e ser resguardado de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor



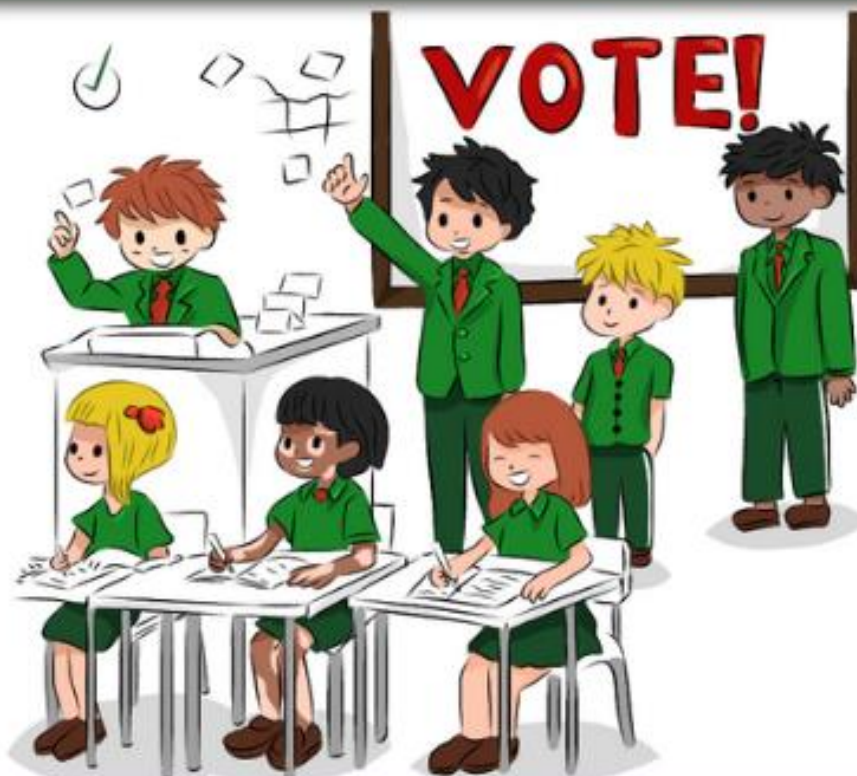
Ter acesso à biblioteca dentro do horário de expediente e em situações previstas



Ter acesso aos laboratórios dentro do horário de expediente e em situações previstas



Organizar entidades estudantis e delas participar



Ter asseguradas as condições necessárias ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades, na escala social e individual



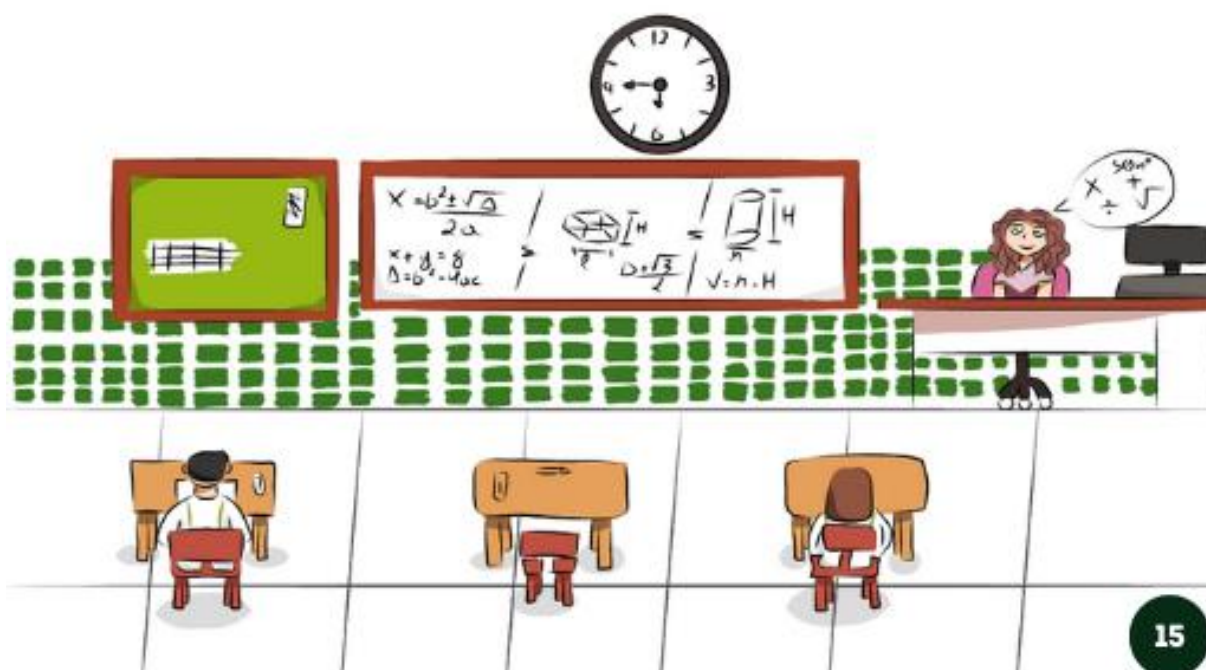
DEVERES **DOS** **ESTUDANTES**



Assistir diariamente a todas as aulas, participando efetivamente das atividades nelas desenvolvidas, mantendo silêncio, respeito e atenção



Realizar todos os deveres e atividades escolares que lhe forem atribuídos



Comparecer ao *Campus* devidamente uniformizado, quando obrigatório, durante o seu período regular de estudo e em situações que assim exigir, portando documento de identificação exigido pela Instituição



Cumprir as determinações e os horários estabelecidos pela Instituição



SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
		Port ☐	MAI ☐	PI ☐	
		Bio ☐		Port ☐	
		Bio ☐	Hist ☐		
Fis ☐	Qui ☐	Qui ☐	ING ☐		
ART ☐	EIE. ☐	MAT ☐			
EJ.F ☐	CEO ☐		Socio. ☐		



Obedecer aos prazos estabelecidos no Calendário Escolar



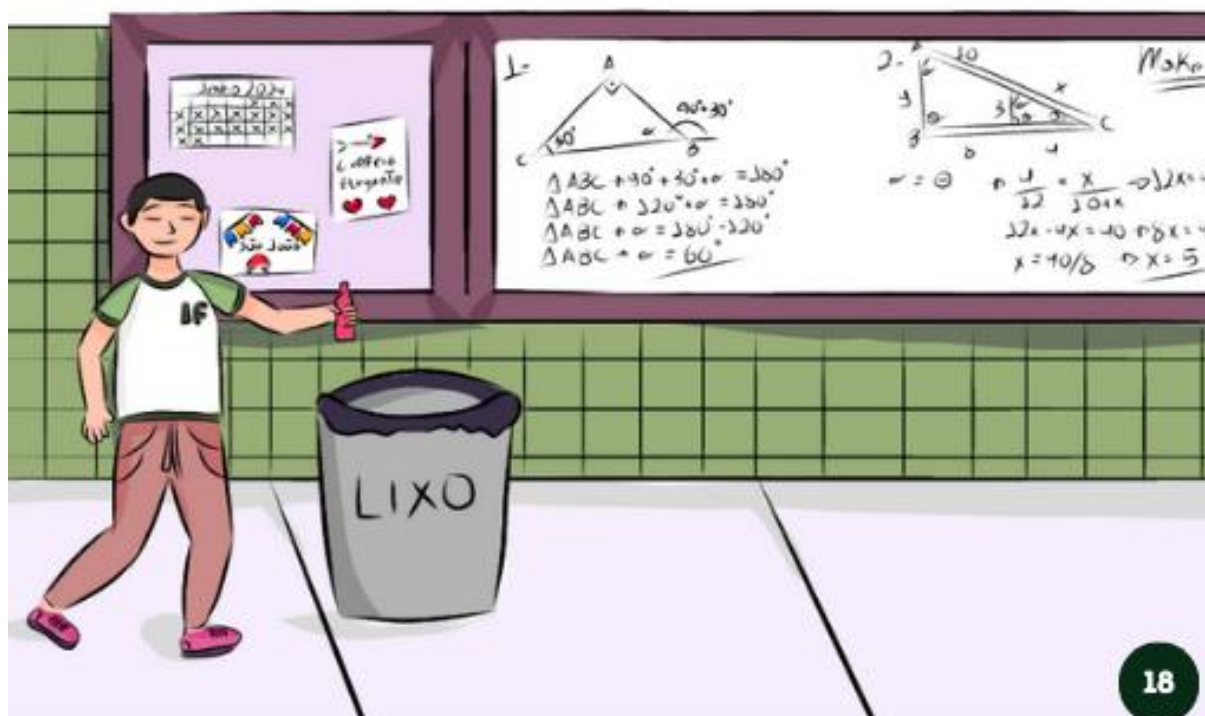
Manter-se informado, por meio da leitura de quadros de aviso e dos demais instrumentos de divulgação do *Campus*



Levar ao conhecimento de autoridade superior qualquer irregularidade que possa trazer prejuízo para si, para as demais pessoas ou para a instituição



Zelar pela manutenção da limpeza do local de estudo e demais dependências do *Campus*, bem como das máquinas e equipamentos



Indenizar os prejuízos, quando causar danos à Instituição ou a objetos de propriedade alheia



Guardar silêncio nas proximidades das salas de aula, laboratórios, oficinas, biblioteca, corredores e demais dependências da Instituição



PROIBIÇÕES

Praticar jogos de azar ou apostas no recinto do *Campus*



Cometer *bullying* nas dependências do *Campus*



**Fumar em qualquer dependência da
instituição**





PRODUTO EDUCACIONAL

PÚBLICO ALVO:

Corpo discente do IFTO

PARTICIPANTES:

14 estudantes do Curso Técnico em
Informática Integrado ao Ensino
Médio do IFTO - *Campus Araguaína*

DURAÇÃO:

Três aulas de 45 minutos cada



ODP ILUSTRADA

01

- CRIAÇÃO DE NUVEM DE PALAVRAS;
- EXPOSIÇÃO DO CONTEÚDO

02

- LEITURA INDIVIDUAL;
- RESOLUÇÃO DE ATIVIDADES;

ROTEIRO DE EXECUÇÃO

ODP ILUSTRADA

04

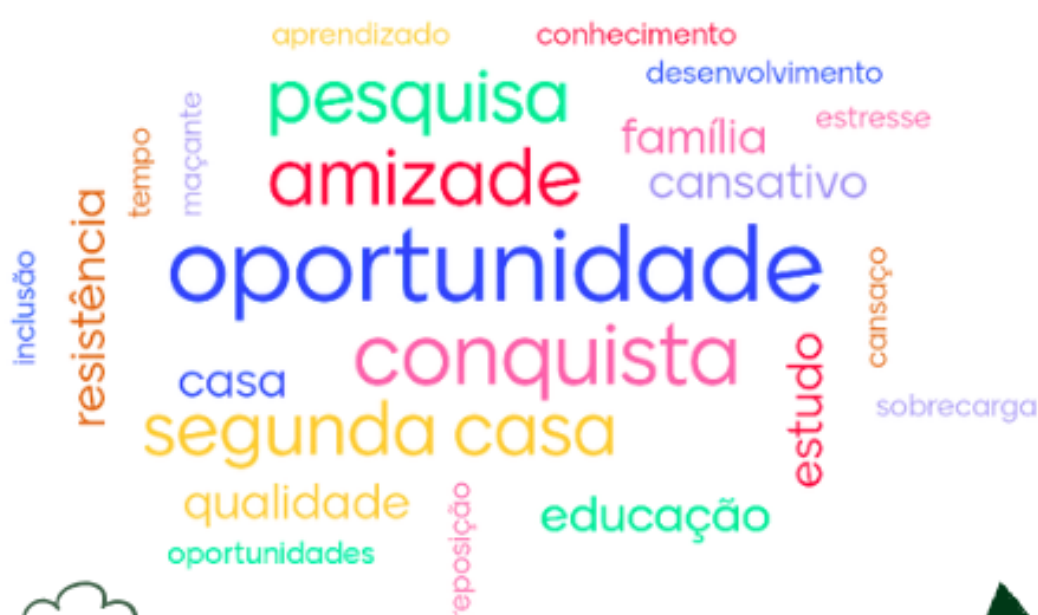
- EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS NO PÁTIO POR TEMPO INDETERMINADO;

03

- EXPOSIÇÃO DE TÉCNICAS DE DESENHOS;
- PROPOSTA DE TRABALHO EM GRUPO ;

ROTEIRO DE EXECUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

1º MOMENTO



- CRIAÇÃO DE NUVEM DE PALAVRAS

Momento de acolhida dos estudantes participantes, com a apresentação dos objetivos do encontro e disponibilização do *link* de acesso ao aplicativo *Mentimeter*, para que os estudantes expressarem seu sentimento a respeito da Instituição em uma única palavra.

ROTEIRO DE EXECUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL



2º MOMENTO



- EXPOSIÇÃO DO CONTEÚDO

Explicação sobre os fundamentos histórico-filosóficos que justificam a existência das regras e a figura do Estado; poderes regulamentar e disciplinar exercidos pelo IFTO, tendo como respaldo os documentos institucionais, em especial a Organização Didático-Pedagógica, com exposição de exemplos práticos para melhor entendimento dos participantes.

ROTEIRO DE EXECUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL



3º MOMENTO



- LEITURA INDIVIDUAL

Após o momento expositivo, foi entregue para cada estudante uma cópia de um excerto da Organização Didático-Pedagógica, mais precisamente Título VII, capítulo II, artigos 238, 239 e 240, que tratam sobre os direitos e deveres dos discentes do IFTO.

ROTEIRO DE EXECUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL



4º MOMENTO



**Os estudantes tem direito
de receber seus trabalhos, tarefas,
provas devidamente corrigidas em:**

A	B	C
1 semana	15 dias	10 dias

Pontuação x2

50:50

5 de 7

*usar códigos e linguagem impróprios
e praticar atos que não estejam*

o com social Inadequados acordo, decora de ao convívio;

comparar as Largos devidamente utilização, quanto obrigatório.	realizar todos os deveres e atividades escolares.	assistir diariamente a todas as aulas, participando efetivamente das atividades.	não incitar os colegas a atos de rebeldia.	guardar silêncio nas proximidades das salas de aula, laboratórios.
frequentar, com assiduidade, pontualidade.	manter-se informado, por meio da leitura de	tratar com urbanidade colegas,	aguardar o educador em sala de aula, por	receber cordialmente sem qualquer

	quinze minutos, não permanecendo nas áreas de circulação;		durante o seu período regular de estudo e em situações que assim exigir,
	que lhe forem atribuídos;		educadores e demais servidores do IFTO;
	e interesse as aulas, solenidades e demais atividades;		nelas desenvolvidas, mantendo silêncio, respeito e atenção;
	tipo de constrangimento, os novos estudantes;		abstendo-se de colaboração em faltas coletivas;
	oficinas, biblioteca, corredores e demais dependências da Instituição;		quadros de aviso e dos demais instrumentos de divulgação do Campus;

Enviar respostas

- RESOLUÇÃO DE ATIVIDADES

Em seguida, foram disponibilizados códigos
de acesso ao aplicativo *Worwall* para a
realização de três atividades de associação,
com o fim de auxiliar a internalização do
conteúdo lido anteriormente.

ROTEIRO DE EXECUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL



5º MOMENTO



- EXPOSIÇÃO DE TÉCNICAS DE DESENHOS PELO ESTUDANTE EGRESSO

Neste momento, esteve presente o estudante egresso que compartilhou técnicas para auxiliar os estudantes na criação de desenhos.

ROTEIRO DE EXECUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

6º MOMENTO



- PROPOSTA DE TRABALHO EM GRUPO PARA ELABORAÇÃO DA ODP ILUSTRADA

Após a exposição das técnicas, turma foi dividida em grupo de cinco pessoas. Na ocasião, foi orientado que cada grupo deveria escolher cinco direitos e cinco deveres dos discentes elencados no excerto da ODP, a fim de serem criadas ilustrações sobre o assunto.

ROTEIRO DE EXECUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

7º MOMENTO



- EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS POR TEMPO INDETERMINADO

Foi realizado no pátio do *Campus Araguaína* uma exposição dos desenhos, com a finalidade proporcionar o prestígio do talento artístico dos participantes e maior conscientização sobre a importância da observância da Organização Didático-Pedagógica - ODP.



REFERÊNCIAS

ARAUJO, R. M. de L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. DOI: 10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 9 nov. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Disponível em: <https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/gramsci-os-intelectuais-e-a-organizacao-da-cultural.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO**. CONSUP/IFTO, jun. 2015. Disponível em: <https://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/regulamentos/cursos-tecnicos/regulamento-odp-cursos-medio-tecnico-presenciais-ift0-2edicao.pdf/view>. Acesso em: 17 set. 2024.

TONET, Ivo. Educação e Formação Humana. **Revista do Centro de Educação e Letras**. UNIOESTE Campus Foz do Iguaçu, v. 8 - n° 9 p. 9-21, 2006. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/852/721>. Acesso em: 12 jun. 2023.

WORDWALL1. Acesso em: <https://wordwall.net/pt/resource/72098466>. Disponível em: 25 de agosto de 2023.

WORDWALL2. Acesso em: <https://wordwall.net/pt/resource/72014324>. Disponível em: 25 de agosto de 2023.

WORDWALL3. Acesso em: <https://wordwall.net/pt/resource/72015275>. Disponível em: 25 de agosto de 2023.

APÊNDICE B - Questionário I (prévio)

QUESTIONÁRIO SOBRE CONHECIMENTOS PRÉVIOS DOS ESTUDANTES
QUANTO A SEUS DIREITOS E DEVERES

Identificação do pesquisado

Nome: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

QUESTÃO 01

Você sabe quais são seus direitos enquanto estudante do IFTO *Campus* Araguaína?

(A) Sim (B) Não

Se sim, cite alguns:

QUESTÃO 02

Você sabe quais são seus deveres enquanto estudante do IFTO *Campus* Araguaína?

(A) Sim (B) Não

Se sim, cite alguns:

QUESTÃO 03

Você conhece a Organização Didático-Pedagógica do IFTO?

(A) Sim (B) Não.

QUESTÃO 04

Você já sentiu seus direitos enquanto estudante do IFTO *Campus* Araguaína, violado de alguma forma?

(A) Sim (B) Não.

Relate.

QUESTÃO 05

Considerando as orientações dadas diariamente pelos servidores dos Setores CAE e COTEPE a respeito do comportamento e convívio, você considera que os estudantes respeitam as normas da Instituição?

(A) Sim (B) Não.

Se não, cite os principais desrespeitos aos deveres praticados pelos discentes?

QUESTÃO 06

O que você considera ser necessário para promover um melhor convívio e respeito entre colegas, professores e servidores do IFTO *Campus Araguaína*?

QUESTÃO 07

Você considera que uma ODP Ilustrada, elaborada pelos próprios estudantes, em uma linguagem mais acessível, têm um poder maior de conscientização a respeito dos direitos e deveres dentro ambiente escolar?

(A) Sim (B) Não.

Por quê?

APÊNDICE C - Questionário II (opinião)

QUESTIONÁRIO REALIZADO APÓS A INTERVENÇÃO DIDÁTICA

Identificação do pesquisado

Nome: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

QUESTÃO 01

Como foi sua experiência em participar da intervenção didática constituída pela debate sobre os direitos e deveres dos estudantes do IFTO e elaboração de ilustrações sobre o tópico da ODP que aborda especialmente este assunto?

() Satisfatória () Relativamente satisfatória () Insatisfatória

Se possível, justifique:
